

Director  
Leite de Magalhães

Editor  
Joaquim Araujo

Propriedade da Empresa  
de Publicidade Colonial, L.ª

Composto e Impresso  
Rua do Seculo, 150

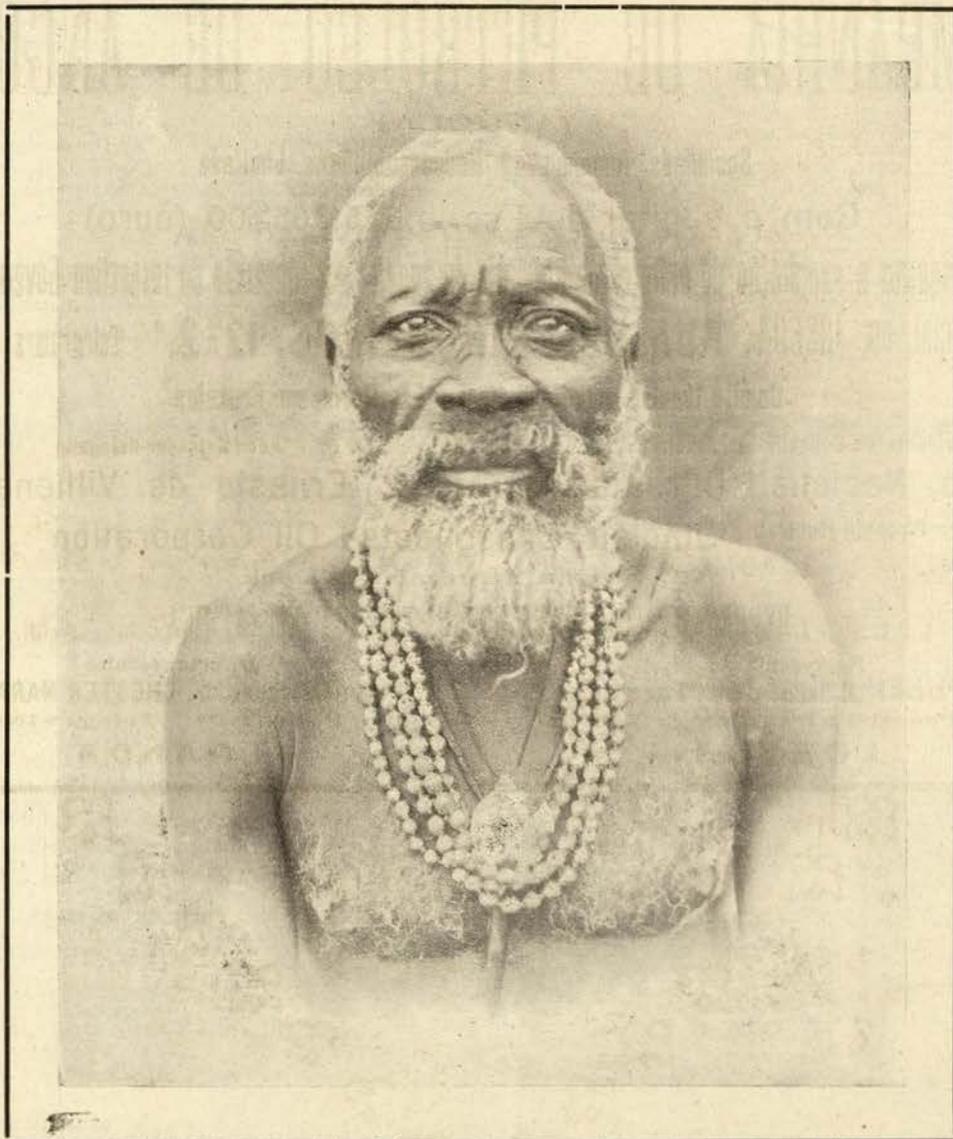
# GAZETA DAS COLONIAS

Assinaturas

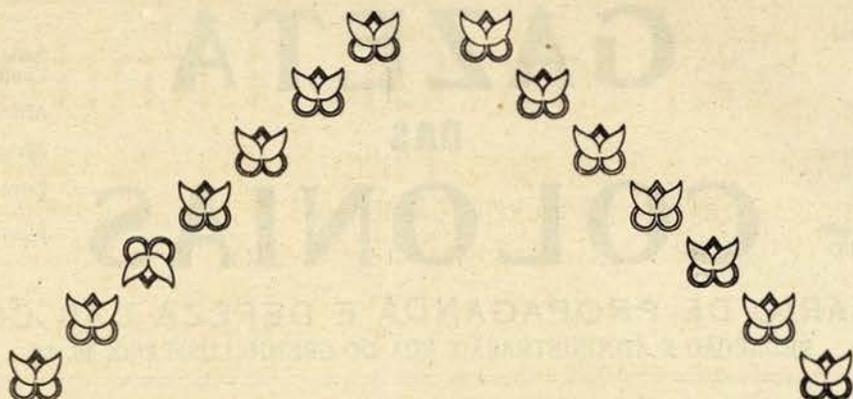
Série de 12 numeros  
Continente e ilhas. 20\$00  
Africa Ocidental. 26\$00  
Africa Oriental.. 30\$00  
Estrangeiro..... 50\$00

Publica-se nos dias 10 e 25  
de cada mês

QUINZENÁRIO DE PROPAGANDA E DEFEZA DAS COLONIAS  
REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO, RUA DO GREMIO LUSITANO, 40, 1.º



NOVO REDONDO — Velho Indígena da Cassongue



# COMPANHIA DE PETROLEO DE ANGOLA

(ANGOLA)

Sociedade Anonima de Responsabilidade Limitada

Com o capital de Esc. 4.675.365\$00 (ouro)

Pesquisas e exploração de petroleo na Provincia de Angola, por concessão do respectivo Governo

Séde social em LISBOA: **RUA DOS FANQUEIROS, 12-2.º** Telegramas: ANGOIL

Comité técnico em Nova York -- Escritorio em Bruxelas

Presidente do Conselho de Administração

Banco Nacional Ultramarino

Direcção técnica: "Sinclair Consolidated Oil Corporation"

45, Nassau Street, New-York

Administrador-delegado

Ernesto de Vilhena

## REPRESENTAÇÃO E DIRECÇÃO TÉCNICA EM AFRICA

Representante

**Coronel Eduardo Marques**

Caixa Postal 332 Teleg.: ANGOIL

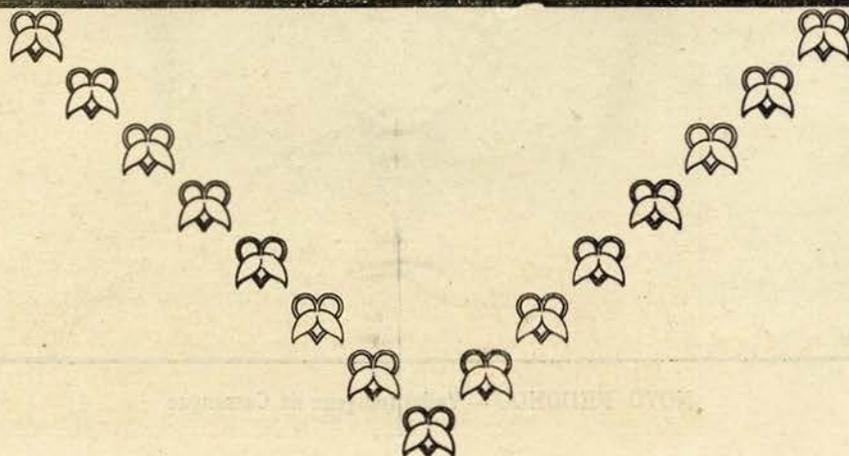
**LOANDA**

Director técnico

O administrador Mr. CHESTER NARAMORE

Caixa Postal 315 Teleg.: SINGOLA

**LOANDA**



# P. Santos Gil, Limitada

Importadores de Material Telegrafico e Material Ferro-Viário de toda a espécie:  
**LOCOMOTIVAS, ZORRAS AUTOMÓVEIS, CARRUAGENS, TRACTORES AGRICOLAS, ETC.**

Conserva stocks permanentes para entrega imediata

FABRICANTES | *Koppel Industrial Car & Equipment Co., Ltd.*  
*Pennsylvania Car and Manufacturing Comp.<sup>o</sup>*

## Secção de construções

Ladrilhos e Azulejos em lindos desenhos e côres  
Muralo «Murite», preservativos de madeiras em  
variadas côres, telhas e chapas de asbestos, etc.,  
das melhores marcas.

## Secção de Madeiras

Possuimos em armazem, para entrega imediata,  
madeiras da Provincia das melhores qualidades, em  
pranchões, barrotes e taboas, assim como travessas  
para caminhos de ferro, paus para minas, etc.

## Secção de Productos

Compramos e exportamos toda a qualidade de  
productos da Provincia, tais como: Milho, Mapira,  
Copra, Amendoim, etc.

Estancias e Armazens Alfandegados ao Kilo-  
metro 1 para Deposito de Mercadorias.

Officinas de Serração, Fabrica de Mobílias,  
Portas, Janelas, Aros, etc. movidas a Electricidade.

TELEFONES | Escritorio 400  
Estancia 493

LOURENÇO MARQUES

SÁ LEITÃO & C.<sup>A</sup> L.<sup>DA</sup> R. DA MADALENA, 45, 1.<sup>o</sup>  
LISBOA  
— Teleg.: "MONDEGO" — Lisboa —

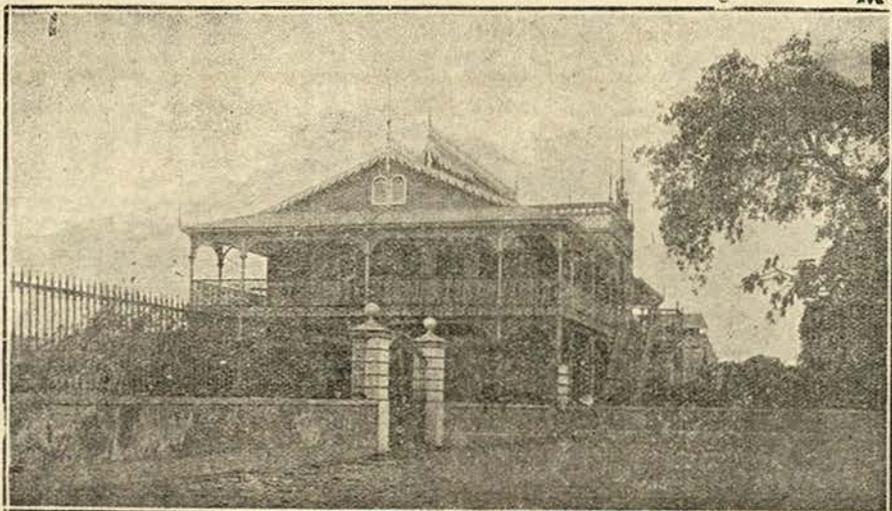
## Importação e Exportação

directa das suas casas em AFRICA de todos os productos de ANGOLA (Africa Occidental Portuguesa)

Café, Cacau,  
Coconote, Óleo de  
palma, Urzela,  
Borracha, Cera de  
abelha, Goma  
copal, Marfim etc.

Em deposito para  
fornecimentos:

Fazendas, Quinquilharias,  
Géneros alimentícios, Fer-  
ramentas, Vinhos, Óleos e  
variadissimos artigos da in-  
dustria nacional e estran-  
geira



DEPENDENCIAS DE LOANDA

# Companhia de Moçambique

## Comunicações Ferro-Viarias — BEIRA

Porto dos territórios da Companhia de Moçambique e o principal da Rhodesia do Norte e do Sul-Katanga Belga. — Protectorado da Niassalândia e vale do Zambeze



### Exportação de milho da Beira

Durante o ano de 1923 foram exportados pelo porto da Beira 1.250.000 sacas de milho. Desse numero 797.000 sacos provinham da Rhodesia e 387.000 do territorio da Companhia de Moçambique. Estes importantes embarques indicam que a Beira está mantendo a sua posição de segundo porto cerealifero da Africa meridional e oriental

# A Industria Algodoeira Portuguesa E a cultura do algodão em Angola

## CAPITULO I

Análise da situação actual da industria algodoeira portuguesa  
e determinação das causas da crise que atravessa  
Meios de obstar à continuação da crise

Conferencia promovida pela «Gazeta das Colonias»,  
e realizada pelo sr. capitão Virgilio Pereira da Costa,  
em 23 de Janeiro findo, na Associação Commercial de Li-boa.

*Sr. Presidente, Minhas Senhoras  
e Meus Senhores :*

Quando examinamos a situação de algumas das nossas industrias e a fazemos entrar em equação com outros valores economicos, verificamos esta coisa estranha e paradoxal;

Ha determinados ramos de industria cuja existencia se não justifica, quer porque se exercem fora do meio proprio, quer pela carencia absoluta de materia prima nacional, quer ainda pelos preços e qualidades dos productos, vivendo essas industrias exclusivamente à sombra de uma protecção pautal que, beneficiando meia duzia de firmas e algumas centenas de individuos, concorre para dificultar a vida de todo o país. E, ao passo que essas industrias conseguem equilibrar-se no nosso meio, outras industrias ha, algumas das chamadas essenciais, que, passado o periodo da guerra e da desvalorização da moeda-se debatem numa crise que ameaça derrui-las, aniqui-la-las.

É curioso verificar que estas ultimas industrias são, precisamente, as que teem razão de existir e que deveriam desenvolver se e prosperar!

As causas deste contrasenso são varias,—umas genericas e outras particulares a cada especie de ramo de industria.

Para mim, que pretendo demonstrar a acção benéfica, decisiva mesmo, que as nossas colonias poderiam ter na prosperidade dessas industrias, só me interessam, neste momento, aquellas cuja materia prima deveria vir dos nossos dominios coloniais e que, *por estranho criterio*, que me abstenho de apreciar, é adquirida no estrangeiro á custa do nosso ouro.

Algumas são as industrias nacionais que estão nessas condições; no entanto, por agora, apenas tratarei da industria algodoeira.

Vejamos, pois, qual a sua situação:

A materia prima para a laboração não existe no país; tem que ser importada e é-o do Brasil, da America do Norte, do Egipto e de outros países.

Nessa importação entra tambem o nosso algodão colonia!; mas Vossas Excelencias vão ver como é ridicula essa percentagem.

Eu queria poder indicar o numero official, o indice dessa percentagem; porém, como sempre acontece a todos os que estudam estes assuntos, não disponho de elementos estatisticos officiais para o poder dizer. E não disponho porque os não ha ou, se os ha, são tão atrasados que hesito em servir-me deles.

No entanto, para podermos prosseguir no estudo desta questão, e aproveitando as informações particulares, podemos dizer que essa percentagem é de 4, 6 %. Isto é, nem 5 % atinge da importação total!...

Num total de 307.665 contos de algodão em caroço e em rama, que foi a nossa importação em 1924, as colonias portuguesas apenas contribuíram para essa cifra com 9.000 contos!

Logo, a industria algodoeira exporta, anualmente, ouro no valor de 298.655 contos para a compra da materia prima com que trabalha!

Se fizermos um rapido inquerito ás instalações e maquinaria da industria de fição e tecelagem de algodão, verificamos que, além de existirem ainda, nalgumas fabricas (poucas), maquinismos cansados e de modelos já caído do uso geral, em quasi todas a energia motriz provem de geradoras a carvão, de onde resulta que o custo do cavallo-vapor é exageradissimo e vai pesar sobremaneira no preço do metro corrente do tecido.

A' parte uma ou duas fabricas, que aproveitam a energia hydraulica, o regime normal é o das geradoras a carvão.

Eu não disponho de elementos para avaliar a cifra que apresenta o carvão consumido pela industria de fição e tecelagem de algodão no nosso país; mas o que sei dizer é que a importação de carvão atingiu em 1924 a pavorosa verba de 179.494 contos!

Tem, portanto, a industria que combater esse elemento da sua ruina, lançando mão da energia electrica produzida pelas inumeras quedas de agua de que o país dispõe e ainda da produzida pela combustão de todo o carvão e antracites nacionais, que não possam ser aproveitadas directamente pelas geradoras vulgares.

A adaptação das actuais instalações ao aproveitamento da energia hidro-electrica será, sem duvida, dispendiosa; mas é indispensavel para que a industria nacional fique em condições de afastar do mercado a concorrência estrangeira e para que cesse essa exportação de ouro nacional que nos asfixia,

Outro aspecto desfavoravel que nos apresenta a industria algodoeira é o da mão de obra.

O preço porque esta se cotava antigamente em Portugal deixou descurar o problema que ela constitue. Dada, porém, a actual alta dos salarios, necessário é obter o rendimento maximo da mão de obra, quer pela organização e mecanização do trabalho operario, quer pela sua cuidada preparação tecnica, quer ainda pelo estabelecimento de tarifas de salarios racionais, isto é de salarios que remunerem o operario proporcionalmente ás suas necessidades, à quantidade e à qualidade do trabalho produzido.

Destá forma deixará o custo da mão de obra em Portugal de pesar, como pesa, no preço do metro corrente dos tecidos.

A falta de preparação tecnica dos operarios traduz se entre nós na necessidade de empregar um maior numero

deles, relativamente ás industrias congeneres estrangeiras.

Repetimos que é indispensável mecanizar e cronometrar o trabalho operario, não com os exageros preconizados por Taylor, mas como hoje se faz em todo o mundo se quizermos que, no preço dos tecidos, o custo da mão de obra não tenha outra influencia senão a que é justa e racional.

Resumindo as considerações até agora feitas, verifica-se que as causas da crise da industria algodoeira são tres:

- 1.º - Custo exagerado da energia motriz;
- 2.º - Excessivo numero de operarios e sua má qualidade;
- 3.º - Emprego de materia prima estrangeira paga em ouro.

Quanto á primeira e segunda causas, já apontei, de uma maneira geral, a forma de as corrigirmos e melhor o podem fazer os engenheiros industriais.

Quanto á terceira causa, vou tentar abordar o assunto, cheio de esperanças de interessar os industriais algodoeiros portuguezes na resolução do problema, que é, simultaneamente, industrial e colonial.

Reduzida á sua expressão mais simples, a situação é esta: a industria algodoeira em Portugal está sendo batida nos mercados metropolitanos e coloniais pela industria estrangeira. A causa disso é, além de outros motivos que apontamos, o ter que pagar em ouro a materia prima. Para que esta seja adquirida por preço que permita a competencia, será necessario que o país a produza. E como o algodão é uma planta dos países quentes, mais do que dos temperados, é nas nossas colonias que se deverá produzir.

Desta maneira, somos transportados a um problema colonial, o qual, resolvido, vem por seu turno resolver o problema industrial algodoeiro portuguez.

Ora muitos problemas coloniais não são, por vezes, olhados com a atenção que merecem, porque não se apresentam nitida e ao espirito do publico; porque não são conhecidos os seus efeitos; porque se não traduzem em numeros claros e precisos, que duma forma empirica os imponham ao estudo de todos nós e á resolução dos governantes.

No entanto, quando nos socorremos de dados estatísticos, de informações precisas, de esclarecimentos conscienciosos, ficamos, muitas vezes, admirados e até repezos, de não termos visto mais cedo as vantagens, os beneficios, a situação que resultaria de, a tempo, termos estudado e resolvido esses problemas.

Ora o caso da cultura do algodão está precisamente nessas circunstancias.

Vivemos cercados de algodão; vestimo-lo diariamente nas multiplas formas dos tecidos; servimo-nos de inumeros objectos feitos com ele; lemos e escrevemos sobre o seu succedaneo, o papel; e, nesse contacto de todas as horas, nessa companhia inseparavel de toda a nossa vida, raro será pensarmos que possuímos uma colonia onde milhões de quintais de algodão poderíamos colher anualmente, e que, no entanto, o importamos da America do Norte, do Egipto, da India, do Brasil, de toda a parte, e fim, e o pagamos em ouro,—ouro cuja saída desequilibra as nossas finanças e nos torna a vida diícil e bem amarga!

E não se julgue que fantasio ou exagero. A prova irrefutavel do que afirmo está nos numeros que a estatística official nos fornece...

Assim, esta, diz-nos que, no ano passado,—isto é, em 1924,—importamos algodão em rama, e em tecidos, no valor de 442.915.585\$00.

Eu julgo que este numero é bem significativo!

São 442.900 contos que pagamos em ouro a outros países e que desfalcamos a nossa riqueza de uma maneira bem sensível.

Eu devo, porem, fazer uma correção a este numero, — que é, na verdade, aterrador,—já dizendo que nêle se devem abater cerca de 9000 contos de algodão, que é importado de Angola e da Moçambique, já abatendo-lhe, tambem, a importância da exportação, que fazemos, de algodão em obra, principalmente em bordados e rendas.

Ha pouco tempo, o meu illustre camarada Velhinho Correia, numa magistral serie de artigos publicada no «Diario de Noticias, atribue á importação de algodão apenas o valor de 307.014 contos. Mas esta cifra diz respeito sómente ao algodão em carôço ou em rama, não tinto. Eu, porem, acho que lhe devemos juntar o algodão em desperdícios, o algodão cardado tinto, o algodão em fio e, muito principalmente, o algodão já sob a forma de tecidos,—o que tudo nos dá então o valor que já indiquei, de 442.900 contos.

Este numero exprime o verdadeiro valor do algodão importado, sob todas as formas.

A esse valor ha, porém, que abater-se não só os 9.000 contos de algodão colonial, como tambem a cifra que representa a nossa exportação de algodão.

Essa cifra, segundo a estatística official, foi, em 1924 de 63.083 contos. Não pode, contudo, ser considerada com tal valor, por isso que include a exportação de tecidos para as nossas colonias e a verba de exportação de tecidos que, até meados de 1924, faziamos para a Espanha, a qual cessou em virtude da valorização da nossa moeda.

Abstraindo, pois, dessas duas importantes verbas, nós temos a cifra da nossa exportação reduzida ao valor dos bordados e rendas, que vendemos para a America do Norte, para a Inglaterra, França, Brazil, etc., mas cujo montante não vae, por enquanto, além de 10.000 contos.

Feitas todas as deduições, ficamos com o valor do saldo de importação ainda em 423.900 contos!

Ora será admissivel que nós, portuguezes, continuemos a consentir nessa exportação annual de ouro, quando é certo que com a produção algodoeira das nossas colonias poderemos cobrir todas as necessidades nacionais e ainda exportar o algodão para outros países?!

Quando todos os Estados — a America, a Inglaterra, o Brasil, a França, a Belgica, etc. procuram intensificar a produção do seu algodão, não só para as necessidades proprias como para a exportação, porque ficaremos nós de braços cruzados perante essa actividade, continuando a enviar-lhes, anualmente, ouro em troca de algodão!?

Acaso não serão as nossas colonias proprias para a cultura algodoeira?

Em qualquer delas poderemos obter excelentes qualidades, mas, principalmente em Angola, onde essa cultura vem ha largos anos sendo tentada e onde multiplas experiências teem dado os melhores resultados. Temos as condições mais favoraveis, e economicamente mais rendosas, para obtermos uma produção annual de muitos milhares de quintais de algodão, de milhões até.

E' preciso que se note que Portugal consome, anualmente, qualquer coisa como 15.000.000 de quilos de algodão. Convem ainda dizer que a industria de fiação e tecelagem de algodão tem, entre nós, tomado um certo incremento, mormente no norte,—no Porto, em Vizela, em Fafe e noutras localidades, onde se produzem tecidos de primeira ordem, como sarjas finas, gorgorinas, panos crus e estampados, morinos, oxfords, zeúres, percalinas, lusitanas, setinetas, etc.

Nesta industria calcula-se que haverá empregados cerca de 30.000 operarios de ambos os sexos, distribuidos por trez fabricas de fiação, cincoenta e quatro de tecelagem e quinze de tecidos de malha.

A industria nacional apenas não fabrica tecidos finos de fantasia, porque o seu consumo no paiz é diminuto e de restrita applicação.

Se apenas tivéssemos que importar esta ultima especie e nas nossas colonias produzíssemos em abundancia todo o algodão de que carecessemos, poderíamos compensar aquella importação extremando o fabrico nacional de bordados e rendas e promovendo a sua exportação numa muito mais larga escala que actualmente.

O que podemos afirmar, indiscutivelmente, é que, se Angola produzisse o algodão necessario ao nosso consumo teríamos feito desaparecer uma das causas primordiais do «deficit» da nossa balança comercial e, se aquella produção fôsse alem das necessidades nacionais, a exportação do excesso traria ao país uma notavel melhoria cambial e um aumento de riqueza bem sensivel.

A minha afirmação é semelhante á firmada por José, Garibaldi Dantas no *Boletim Algodoeiro de S. Paulo* em que se lêem passagens como esta:

«Foi a fibra de algodão que firmou as bases da supremacia comercial da Inglaterra».

«Foi ainda a fibra do algodão que creou a riqueza economica do Egipto».

## CAPITULO II

### Historia e desenvolvimento da cultura do algodão em Angola

**Estatistica da Produção do algodão em Angola.—Produção mundial.—Congressos e Conferencias internacionais algodoeiras.—Medidas tomadas pelos varios paizes para intensificarem e melhorarem as suas culturas de algodão, nomeadamente a Hespanha, a França a Belgica, a Inglaterra, os Estados Unidos da America do Norte e o Brazil**

A cultura do algodão em Angola, embora esta planta não pertença á flora angolense, tem raizes bem antigas.

Já em 1666, D. Afonso VI recomendava ao governador de Angola que cuidasse da cultura algodoeira; mas, na verdade, só em 1820 é que um governador fez plantar muitos centos de milhares de pés de algodão.

Depois applicaram-se os navios do Estado ao transporte do algodão para a Metropole; mandaram-se tecnicos para Angola afim de industriarem os colonos e os indigenas nos processos de cultura; decretaram-se isenções varias para os cultivadores e até se criaram prémios e subsidios que, diga-se de passagem, nunca chegaram a ser pagos a quem tinha direito a elles.

Mas, de tudo isso, alguma coisa resultou de bom: em 1872, chegou Angola a exportar cerca de 1.000 000 de quilos.

No entanto, a febre da cultura algodoeira seguiu se a do comercio da borracha, e o algodão começou a ser pôsto de parte decrescente a sua produção ano a ano, até que em 1903, foi apenas de 35 toneladas.

Passada porém, a loucura da borracha, novamente as atenções se voltaram para o algodão.

Na metropole, o industrial portuense Henrique Ferveira, que havia sido o delegado da Associação Industrial Portuguesa ao congresso algodoeiro de Zurich em 1904 e de Manchester em 1905, desenvolve uma inteligente e activa propaganda em prol da cultura algodoeira.

Paiva Conceiro, então governador de Angola, procura fazer a cultura da especie «Sea Island» nas margens dos rios Bengo, Dande, Cuanza, Balombe, Dombe Grande Béro, Giraúl e S. Nicolau.

Foram-se, sucessivamente, montando postos experi-

mentais em Luibombo, Catete, Catumbela e outros pontos para o que muito contribuiu a propaganda do agronomo Martiniano Pereira.

E quando, em 1914, a guerra rebentou, a cultura do algodão em Angola começava a animar prometedoramente.

Já vêem, meus senhores, que a ideia de desenvolver esta especie de cultura naquele ubérrima Provincia, não é nova.

Ha seculos que ela se mostra como uma necessidade nacional e ha muito que experiências e tentativas se tem feito em Angola, todas demonstrando que esta Colonia, melhor que nenhuma outra, tem condições ótimas para uma extensa, para uma desenvolvida e lucrativa cultura algodoeira.

Apesar disso, ainda nenhuma empresa, com recursos bastantes para uma larga cultura, se organizou: e se depois da guerra Angola continuá a exportar algodão, é isso devido a esforços isolados, a cultivadores dispersos, sem auxilio algum do Estado ou de empresas particulares, e sem que, portanto, possa haver uma selecção nos productos, capaz de os tornar aptos á concorrência nos mercados. E por isso mesmo, n s ultimos quatro anos, a exportação do algodão angolense se cifra nos seguintes numeros:

1921 .....	410.000	quilos
1922 .....	750.000	»
1923 .....	374.000	»
1924 .....	400.000	»

numeros irrisórios, desoladores, quando comparados com os do consumo, que, para 1925, se calcula em 15.000.000 de quilos!

Comparemos agora, meus senhores, o que Portugal tem feito em materia de cultura algodoeira, com o que, por esse mundo fóra, outros paizes têm procurado conseguir sob esse ponto de vista.

E, frizemos bem—para que nos possamos penitenciar—que possuímos condições de cultura muito superiores ás de alguns desses Estados.

A última estatistica publicada prevê para 1925 a seguinte produção mundial:

Estados Unidos da America do Norte	13.153.000	fárdos
Mexico	213 000	»
Egipto	1322.000	»
India	5.069 000	»
China	1.952 000	»
Russia asiatica	497.000	»
Sudão	45.000	»
Grecia	11 000	»
Bulgaria	2 000	»
Algeria	2.100	»
Equador	17.000	»
Paraguay	28.000	»
Outros paizes	1.400.000	»
	S. <sup>a</sup>	23.611.000

Reparem V. Ex.<sup>as</sup> que a produção colonial do nosso país não figura nessa estatistica, dada a pequenez do seu quantitativo. Mas, mesmo que houvesse de figurar, como seria isso possivel se a estatistica em Angola, pelo atraso com que se publica, se torna absolutamente inutil?

Pois bem, meus senhores, essa enorme produção mundial é muito inferior ás necessidades, sempre crescentes, do consumo.

E, por isso mesmo, todos os paizes procuram aumentar e melhorar a produção, convencidos de que, por muito que produzam, terão sempre colocação certa nos mercados mundiais e o preço será sempre remunerador.

Eis a razão porque várias conferencias internacionais se têm realizado, após os grandes congressos algodoeiros de Zurich e de Manchester, em que já falei.

A primeira conferencia realizou-se em Outubro de

1919, em Nova Orleans, e nela se reconheceu a insuficiência da produção mundial e, portanto, a necessidade de aumentar a cultura e melhorá-la; e, ainda, a de regular a venda do algodão por forma a estabelecer-lhe um preço que dê lugar a uma boa remuneração da mão de obra, a par de um juro compensador para os capitais.

A segunda conferência internacional reuniu-se em Liverpool e em Manchester em 1921, e nela os Estados representados deram conta dos esforços que tinham feito para aumentarem as suas culturas e dos resultados obtidos.

... Escusado será dizer que nós, portugueses, não pudémos dar conta de coisa nenhuma, porque nada havíamos feito pela cultura do algodão.

E, nesta altura, eu peço aos srs. jornalistas, que quiseram ter a gentileza — que muito me captiva — de virem aqui ouvir-me, o favor de não reproduzirem o reparo que vou fazer, mas que deve ficar aqui entre nós, portugueses.

E' nosso costume indignarmo-nos contra certos artigos que aparecem em jornais e revistas estrangeiras, em que a nossa acção colonial é apreciada desfavoravelmente. E' necessario que nos indignemos para que se mostre que não perdemos a sensibilidade, a dignidade e o orgulho da nossa velha raça.

Mas é necessario que reconheçamos também — embora o digamos baixinho, para que se não ouça além fronteiras, — que temos graves culpas e que reincidimos em erros que dão lugar a essas apreciações, que nos ferem.

E' preciso que nos convençamos, por fim, e de uma vez por todas, que, por muito justa que seja a nossa indignação, por incontestáveis direitos de posse e de soberania que tenhamos sobre o nosso dominio colonial, mal poderemos defender-nos perante a Sociedade das Nações, no dia em que nos acusem de mantermos improdutivo o imenso territorio de Angola, em prejuizo da totalidade da produção mundial.

E se essa é a base das pretensões que impende sobre as nossas colonias, é, portanto, contra essa base que devem tender todos os nossos esforços e é para anulá-la que deveremos fazer os maiores sacrificios.

Se queremos defender Angola das já hoje conhecidas pretensões alemãs ou italianas, temos que empregar nela todos os nossos recursos e disponibilidades; e não é só ao Estado que cumpre fazê-lo, mas a nós todos e em especial áqueles que possuem capitais.

Mas, voltand' ao algodão, dizia eu que nessas conferencias internacionais, cada país deu conta dos esforços produzidos em favor do aumento da cultura algodoeira: Vejamos quais foram esses esforços:

A Espanha, visto que não possui colonias onde cultive o algodão, mas pensando que este lhe arranca anualmente mais de 400 milhões de pesetas, que vão para o estrangeiro em seu pagamento, começou a cultivá-lo nas veigas de Sevilha, nas provincias do litoral da Andaluzia e nas de Castellon e Terragona, sob a égide e por impulso da *Sociedade Catalã Agricola Algodoeira*, recebendo facilidades de toda a ordem por parte do Estado, á sombra das leis de Cambó e Ossorio y Galhardo.

Na França, é o proprio governo que assegura o seu concurso financeiro ao *Sindicato Geral Algodoeiro Francês*, sindicato constituído — peço a V. Ex.<sup>as</sup> que reparem nisto — por 80 % das empresas de fiação e tecelagem, o qual procura fomentar a cultura do algodão na Indo-China e na parte do Sudão francês que é banhada pelo Niger, tendo sido feitos importantes estudos e experiências para a irrigação de 750.000 hectares na margem esquerda e 250.000 na margem direita, constituindo, assim, um triangulo entre Kulicoco, Mopti e Sikasso, onde a cultura algodoeira atingirá largas proporções.

A França, que, nas suas grandes fabricas de Saint-Dié, Epinal, Rouen, Lille, Roubaix e Tourcoing, consome muitos milhares de toneladas de algodão no fabrico de te-

cidos de fantasia, que têm a melhor colocação em todos os mercados europeus e em muitos da America do Sul e da Asia, necessita de fazer desaparecer da importação o algodão e, por isso, a despeito das enormes dificuldades financeiras, que neste momento pesam sobre ela, não duvida conceder todas as facilidades, todas as isenções e todo o auxilio material á cultura do algodão nas suas colónias.

Referentemente ao Congo Belga, que pelo norte e leste circunda Angola, é digna de admiração a forma por que o Estado procura desenvolver a cultura do algodão, que é quasi toda feita pelos proprios indigenas.

E' o Estado quem selecciona as sementes nos seus postos experimentais, quem distribue os terrenos aos indigenas e fixa as datas das sementeiras, e, por fim, quem fixa a tabela de preços por que ao indigena tem que ser pago o algodão.

E' interessante saber-se que ha uma importante empresa particular, a *Compagnie Cotonière Congolaise*, cujo capital de 6.000.000 francos foi subscrito, quasi todo, por industriais belgas de fiação e tecidos, a qual não cultiva o algodão, mas apenas o compra ao indigena.

No entanto, é a *Cotonière Congolaise* que desca-roça o algodão, que faz experiencias e produz sementes puras, que concede prémios aos melhores cultivadores e que faz o aproveitamento dos resíduos, criando industrias sucedâneas da cultura algodoeira.

Se fôrmos agora analisar os esforços da Inglaterra para desenvolver a cultura do algodão em todos os seus dominios, protectorados e zonas de influencia, verificamos qualquer coisa de colossal!

Porem, esses esforços explicam-se: Só em Manchester e outras localidades, possui a Inglaterra 2538 fabricas de fiação e de tecelagem de algodão, alguma delas com uma capacidade de produção assombrosa. Ora, por escassez de materia prima, essas fábricas estão, actualmente, trabalhando em regimen moderado, o que muito contribue para a «chômage» inglesa.

Por outro lado, a Inglaterra receia perder os mercados onde habitualmente vende os seus produtos, pois que a America, sendo quem produz mais de metade do algodão que se colhe em tudo o mundo, não exporta senão o que excede o consumo dos seus 34.843.000 teares, preferindo exportar o algodão já transformado em tecido; e se não fóra a alta do «dollar», a Inglaterra teria sofrido muito mais com essa concorrência.

Eis porque, para a Inglaterra, a produção mundial do algodão tem uma importância decisiva para a sua industria de tecidos.

Compreende-se, pois, que as duas grandes agremiações, — a *British Cotton Growing Association* e a *Empire Cotton Growing Corporation*, tenham feito porto da a vastidão dos dominios ingleses os mais completos e dispendiosos estudos, seleccionando sementes, efectuando irrigações custosas, desenvolvendo culturas e organizando formidaveis empresas cultivadoras do algodão.

A acção da *British Association* estendeu-se pelo Sudão, pela Nigéria, pela Uganda, e alargou-se, depois, até a Niassalândia, à Rodésia, ao Tanganica e á Africa do Sul.

Esta acção da *British Association*, como a da *Empire Corporation*, é absolutamente protegida e auxiliada pelo governo inglês que não hesita em conceder os mais largos créditos para o desenvolvimento da cultura algodoeira.

Basta dizermos, para exemplificarmos, que o governo inglês garantiu o juro de um emprestimo de trez milhões de libras esterlinas, simplesmente destinado á construção de um dique de barragem de cerca de trez quilometros sobre o Nilo, com 1300 quilometros de canais irradiantes, tudo destinado á irrigação de terrenos para a cultura do algodão no Sudão. E o custo dessa obra monumental, ex-

cedendo largamente a importancia calculada, foi até cerca de 10 milhões de libras.

Reparem V. Ex.<sup>as</sup>: só para irrigação de terrenos, tomou o governo inglês uma responsabilidade quintupla da que tomou o governo português para o financiamento geral feito a Angola, arrancado como que a forceps, ao ultimo parlamento!

Embora a produção algodoeira da India Inglesa seja de inferior qualidade, pensa o Estado em fazê-la aumentar; e contudo, pela ultima estatística que conhecemos, ou seja a de 1922, essa produção era já de 4.463.000 fardos, de 400 libras cada iardo!

Com a produção da Nigéria, da Uganda, do Sudão, da Niassalândia, do Tanganica e da União Sul Africana, espera a Inglaterra obter qualquer coisa como 3.700.000 fardos, logo que as obras de irrigação estejam prontas e as culturas projectadas tenham tido execução.

Passando á Australia, onde o fomento da cultura algodoeira se exerce por intermedio da *Australian Cotton Grower Association* em 1922 lançou-se á terra coisa pa recida com o peso de 4.000.000 de libras de sementes de algodão!

Os Estados Unidos da America do Norte mantem a sua supremacia na produção do algodão á custa de um mecanismo especial de concessão de crédito aos agricultores, que tudo lhes facilita, a par dos melhores conselhos e ensinamentos, ministrados por activa, permanente e engenhosa propaganda.

Basta que se diga que ha uma verdadeira rede de credito que cobre todas as culturas e que, no seu proprio interesse, procura que essas culturas tenham sempre os melhores resultados.

Qualquer agricultor que tome uma terra de renda para a cultura algodoeira, é financeiramente auxiliado pelo proprietario das terras, o qual é, por seu turno, financiado pelos comerciantes do interior, que lhe emprestam apenas com a garantia da colheita futura.

A completar este sistema de crédito, temos o desconto feito aos fazendeiros e aos negociantes do interior pelos pequenos bancos regionais, que redescontam, depois, noutros bancos mais importantes, cujos capitais pertencem, em geral, ás grandes empresas de fiação e tecelagem americana.

Mas para não cansar V. Ex.<sup>as</sup> com o relato dos esforços e dos sacrificios feitos por todas as nações em prol da cultura do algodoeiro, eu vou só referir o que se passa com o Brasil.

Dada a insuficiência da produção mundial, e feitos largos e importantes estudos no Brasil por conta da *International Federation of Master Cotton Spinners and Manufacturers Association*, foi, no segundo congresso internacional de Stockolmo, em 1922, formulado o voto de que os governos do Brasil e dos seus Estados deveriam adotar todas as medidas necessarias para melhorar e intensificar a cultura do algodão.

Ora, porque formularia o congresso esse voto?

—Porque a missão de estudos, a que me referi, afirma que a área cultivavel de algodão no Brasil, pode ultrapassar a dos Estados Unidos da America do Norte.

Porque reconhece que, devido á magnífica aptidão dos terrenos e ás variedades de algodão a eles adaptaveis, a produção do algodão brasileiro é, por hectare, a mais elevada do mundo e de superior qualidade.

Assim, cita a variedade chamada «Riqueza», cuja fibra tem um belo aspecto e é resistente, macia, sedosa; cita a variedade «Mocó», cuja fibra tem 45 milímetros de comprimento e que, em determinadas regiões, chega a produzir frutos durante 10 a 15 anos; cita o algodão herbáceo, de fibra curta, é certo, mas que não exige bons terrenos e que, no Maranhão, gasta apenas cerca de dois mezes entre a florescência e a colheita.

Com tão excepcionais condições, a produção do al-

godão brasileiro cresce prodigiosamente. Em 1915-1916, produzia o Brasil apenas 601.000 quintais, numa area de 203.900 hectares; em 1921-1922 produziu 1.326.000 quintais, numa area de 574.600 hectares!

Quando, em 1922, se reuniu no Rio de Janeiro a Conferencia Internacional Algodoeira, as medidas que o Brasil apresentou e se comprometeu a pôr em pratica — tendo de facto cumprido o compromisso — mereceram aprovação unanime e asseguraram a este florescente país um logar na produção mundial do algodão, cujos lucros para as empresas interessadas e cujo efeito na economia brasileira não necessitam de demonstração.

Essas medidas exprimem, por si sós, um verdadeiro plano de culturas e de aproveitamento judicioso, inteligente, superior, que pode ser aplicado a qualquer outro país e integralmente pôsto em pratica na nossa colonia de Angola.

Permitam-me V. Ex.<sup>as</sup> que eu leia duas ou tres dessas medidas, que merecem especial reparo sob o ponto de vista economico:

«*Amparo indispensavel e efectivo ao pequeno agricultor, por meio de obras de irrigação, transportes baratos, credito agricola, instrução, etc.*

*Subvenção, durante dez anos, por meio de creditos votados pelo Estado, ás organizações algodoeiras que fundem escolas tecnicas, onde gratuitamente se preparem fazendeiros e e que exerçam o ensino ambulante nas zonas de cultura».*

Alem dessas medidas, cujo alcance é obvio e dispensa quaisquer considerações, exprimiui a conferencia um importante voto, unanimemente aprovado pelos representantes de vinte países, entre os quais se contava Portugal.

Dizia-se nesse voto:

«*A Conferencia Internacional Algodoeira, tendo em vista a escassez mundial do algodão, exprime a opinião unanime de que todos os países do mundo que possuirem as condições essenciaes para a cultura algodoeira, deverão empregar todos os meios ao seu alcance para iniciar e desenvolver esta labour».*

Em face disso, pergunto:—Qual foi a maneira por que o nosso país, que tambem o aprovou, cumpriu o voto expresso em 1922, no Rio de Janeiro?

Eu não penso, meus senhores, que tudo devemos pedir ao Estado e que lhe exijamos sacrificios com que de antemão sabemos que ele não pode arcar.

Perante a crise financeira, que o país atravessa, devemos limitar ao minimo o auxilio material do Estado.

Mas penso, sim, que os primeiros interessados — e esses são as empresas, individuais ou colectivas, que teem na sua mão a industria de fiação e tecelagem, — deverão, á semelhança do que fizeram os industriais hespanhoes, belgas, franceses, ingleses e americanos, e como propositadamente referi a V.<sup>as</sup> Ex.<sup>as</sup>, constituirem uma grande empresa para a exploração da cultura algodoeira em Angola, capaz de, em breve, lhes fornecer toda a materia prima de que necessitam para a laboração das suas fabricas e por preço muito inferior áquele por que o estão pagando actualmente.

### CAPITULO III

Calculo da cultura a fazer em Angola para as necessidades da industria portuguesa; computo do custo das instalações e mão d'obra; rendimentos provaveis; determinação das zonas adaptaveis aquella cultura

A viabilidade de uma empresa cultivadora de algodão, constituída por industriais, é o que ha de mais empirico. Os lucros calculados são os mais tentadores que é possível. Analizemos rapidamente o problema:

As nossas fabricas consomem, actualmente 15.000.000 de quilos de algodão; mas, aumentando a sua produção

em harmonia com as necessidades do país e livres da concorrência estrangeira, deveriam consumir, inicialmente ao redor de 20.000.000 de quilos de algodão em rama.

Tomando por base, em Angola, a média de 250 quilos de algodão descarado, por hectare, teríamos necessidade de 80.000 hectares.

Ora o preço por que o algodão fica ao produtor angolano cif Tejo, é de 6\$00 no primeiro ano da cultura e de 5\$06 no segundo ano. Logo o custo dos 20.000.000 de quilos de algodão seria, no primeiro ano, de 120.000 contos, e, no segundo, de 101.000 contos.

Como a cotação actual é de 9\$00 o quilo, se essa cotação se mantivesse, o lucro do produtor seria de 50 %, líquido, no primeiro ano e de 79 % no segundo.

Juntem a isto uma possível protecção pautal, que defendesse a industria nacional de concorrência estrangeira, e digam-me V. Ex.<sup>as</sup> se os lucros de tal empresa não seriam, na verdade, tentadores!

E se a alguém pode restar duvidas, examine-se o relatório da *Cotonnière Congolaise* e ver-se-á que os lucros desta importante empresa belga são, afinal, iguais aos que acabamos de apontar.

Dir-me-ão que uma empresa que se abalancasse á cultura dos 20.000.000 de quilos de algodão em Angola, teria que fazer enormes despesas de instalação e uma mobilização enorme de capital para o pagamento da mão de obra.

Provarei com numeros que tal asserção não tem fundamento, pois o custo das instalações é diminuto e o da mão de obra diminutissimo.

Tomemos por tipo de instalação completa a que se constitue—além dos hangars, viaturas, etc.,—com 2 descaroadoras de serra, 1 prensa hydraulica e 1 motor. Com estes maquinismos desgranariamos e enfardariamos, em 50 dias, todo o algodão produzido em 500 hectares.

Como cada instalação desta natureza custa cerca de 100 contos, teríamos que, com 16.000 contos, poderíamos fazer instalações para os 20.000.000 de quilos de algodão cultivado.

Isto é, o custo das instalações seria varias vezes coberto pelo lucro do primeiro ano da exploração!

Quanto á mão de obra, o seu custo é variavel de região para região; no entanto, se fizermos a média, sabem V. Ex.<sup>as</sup> por quanto ele fica? Apenas 1\$82 por jornal!

A lavoura da terra para algodão é pouco profunda, 20 a 25 centímetros; as alfaías a empregar são as vulgares charruas e os utensilios da sacha e da póda. O motor para a lavoura pode ser o vulgar tractor ou bois nas regiões onde os haja.

Todo o trabalho agricola é muito reduzido e, assim, se no primeiro ano, nas experiencias feitas para 500 hectares, se verifica a necessidade de 267 jornais, no segundo ano apenas são necessarios 139.

A estes dados resta-me acrescentar que, junto á exploração agricola do algodão, se deve criar a industria succedanea do aproveitamento dos residuos, pois que nas sementes poderemos contar com uma média de 20 % de óleo, que serve para o fabrico de sabões, para iluminação, para lubrificação, etc., e cuja p eparação deixa, por seu turno, residuos aproveitaveis para a engorda de gados e para adubos.

Posto isto, digam-me V. Ex.<sup>as</sup>: haverá razão para que os nossos industriais de fição e tecelagem de algodão continuem a importar algodão estrangeiro e não se constituam em empresa para a produção desta importante materia prima?

Acaso não saberão se ha em Angola regiões proprias para a cultura algodoeira?

Pode-se afirmar, pelos ensaios e experiencias feitas, que essa cultura se fará com exito no litoral do Congo, quere em sequeiro, quere na bacia hidrografica dos rios Lombo, Luculo, Libundo, Simbo e M'Brige; nos platós da região do Bembe, no litoral de Loanda, no alto Cuango,

no Libôlo, no litoral de Benguela, no Moxico (em extraordinarias condições de irrigação) e em Malange.

Como exemplo dessas experiencias, citarei apenas as feitas pelo *Fomento Geral de Angola* nas suas concessões de Gola-Luije, em Malange, com uma produção média superior ás mais altas obtidas na Uganda.

As fibras colhidas nessas experiencias obtiveram em Inglaterra a seguinte classificação:

«*Bem apresentado e boa côr; fibras com cerca de 37, 7 mm; valôr nominal 300 pontos acima da cotação do «middling» em Julho.*»

Em Lisboa, a mesma especie de fibra obteve do dis-tinto tecnico sr. Henrique Taveira, esta classificação:

«*Excelente qualidade, sedosa, limpa, de 28 a 30 milímetros, digna de competir com as melhores qualidades de produção americana e propria para fição fina.*»

Eu chamo a atenção de V. Ex.<sup>as</sup> para as amostras que aqui estão presentes e para a qualidade da fibra, que pode considerar-se excelente.

Estas amostras foram gentilmente cedidas pelo *Fomento Geral de Angola*, empresa que, devotada e patrioticamente, tem gasto centenas de contos no ensaio da cultura do algodão, quer na determinação do valor dos terrenos, quer na selecção e adaptação das sementes, tendo conseguido apurar excelentes qualidades.

Não sei mesmo se cometerei uma indiscreção em tornar publica uma informação, que deve deixar contentes todos os coloniais de Angola e todos os portugueses.

E' o caso que o *Fomento Geral de Angola* organizou, com capitais portugueses e estrangeiros, uma empresa que, em breve, vai começar a exploração da cultura algodoeira nas suas concessões de Gola-Luije, no planalto de Malange.

Eis o primeiro passo para nos libertarmos da importação de algodão estrangeiro e cujo pagamento em ouro tanto agrava a nossa situação financeira.

Aqui faço os meus votos para que os industriais portugueses de fição e tecelagem secundem esta iniciativa, ou fortificando-a com os seus capitais, ou organizando outra empresa com o mesmo fim.

Eu reconheço, meus senhores, que estou abusando da atenção de V. Ex.<sup>as</sup> e, por isso, vou terminar apelando para o patriotismo de todos, para que, numa acção conjunta de esforços, consigamos que a cultura do algodão em Angola se desenvolva em proporções tais que se transforme numa fonte de riqueza para aquela colónia e seja um meio de evitarmos, na Metropole, essa pavorosa exportação de ouro—422.000 contos!—que anualmente fazemos.

Apelo tambem para a imprensa do meu país, que em momentos dificeis já tão relevantes servicos tem prestado, para que ponha ao serviço desta patriótica causa o seu formidavel poder de divulgação e sugestão.

E porque será assim, meus senhores, applicando toda a nossa actividade, todos os nossos recursos, toda a nossa boa vontade, toda a nossa fé, todo o nosso orgulho nacional, no desenvolvimento das colonias; tornando bem conhecidos de todo o mundo os nossos esforços e os resultados colhidos, propagandando, mostrando *urbi et orbe* que somos capazes de fazer das colonias qualquer coisa de grande, pelo menos tão grande como os outros países sonham fazer das suas,—porém, será assim, repito, a fórma mais alevantada, mais digna e mais séria de respondermos ás pretensões daqueles Estados que julgam que Portugal já não é aquele país onde uma raça trabalhadora, empreendedora e altiva, inspirou ao sublime poeta dos Lusíadas aqueles quatro versos que deveriamos distribuir pelos representantes dos varios países na Sociedade das Nações:

Fazei, Senhor, que nunca os admirados  
Alemães, Galos, Italos e Ingleses  
Possam dizer «que são para mandados  
Mais que para mandar os portugueses.»

Tenho dito.

# O PROBLEMA DO CRÉDITO NAS COLONIAS

A posse dum território colonial só deixa de ser um pesado eucargo para as metrópoles quando se efectua a sua «utilização». E a «utilização» é, neste caso, sinónimo de «valorização».

Ora ainda não foi descoberta maneira de se «valorizar» um território sem que se faça uma larga e profunda sementeira de «capital». Onde ir buscá-lo? Apenas ao tesouro metropolitano?—Seria a sua ruína. E o sr. Vicente Ferreira, na sua brilhantíssima tese sobre o *Regimen monetário e bancário das Colónias*, apresentada ao 2.º Congresso Colonial da Sociedade de Geografia, põe a questão nos seus termos verdadeiros:

«Só o «credito» realiza o milagre da «multiplicação dos capitais», e só ele permite ás nações colonizadoras valorizarem as colónias sem arruinarem a metrópole.»

Ora o «credito» é uma função dos «bancos». E os bancos coloniais, quando não resultam das iniciativas particulares, — como nas colónias inglesas — nascem das deliberações dos governos metropolitanos, que a tróce de certas concessões, — como entre nós — encorajam a formação e desenvolvimento daqueles organismos pela subscrição pública, caso não prefiram — como a França nas antigas colónias — o fornecimento dos capitais necessários, ou os dois processos conjuntamente.

O Estado português houve por bem abster-se de participar na formação do seu Banco Emissor das Colónias, e nem mesmo o fez ainda para qualquer instituição de «credito agrícola», cuja actividade — na opinião autorizada do Dr. F. Zadow, da Universidade de Greifswald — só poderá ser eficazmente exercida com o seu auxilio e até por elle superiormente orientada segundo uma politica agrícola e colonial scientificamente estabelecida. E foi este o principio a que obedeceram os bancos governamentais do Egipto, do Transvaal e das Filipinas, donde a agricultura recebe a protecção monetária que lhe é indispensavel para a perfeita e evolutiva exploração da terra.

Como uma consequência do retraimento do Estado, a função do «credito» nas nossas Colónias tem permanecido, desde 1854, quasi exclusivamente a cargo do Banco Nacional Ultramarino, que naquele ano ini-

ciou as suas operações, tendo apenas uns modestos 500 contos de capital. A existência do Banco Colonial Português, criado em 1918 para exercer a sua actividade nas Colónias africanas, foi um simples episodio que, desenrolando-se entre a timidez e a desorientação dos seus negócios, veiu a desfechar lamentavelmente numa catástrofe. E nem para sustê-la vimos o Estado erguer — como seria conveniente e digno — o seu braço protector, assim atemorizando, fatalmente, quaisquer outras iniciativas que, para o mesmo fim, porventura fôsse possível esperar do capitalismo nacional.

Estamos, portanto, em face dum problema que, pela sua importancia excepcional, necessita de cuidadoso exame e de rápida e competente resolução. As Colónias, em fase de desenvolvimento vertiginoso, movimentam-se em desvairadas atitudes porque as colheu, de surpresa, a incapacidade do seu Banco Emissor para bastar sozinho, dentro dos seus recursos actuais, ás necessidades de «credito» que o desenvolvimento económico dos territórios, ligado à desvalorização da moeda, instantemente lhes impuzeram. E como durante 60 anos, não conheceram outro organismo que lhes facultasse os descontos e empréstimos para as explorações comerciais, industriais e agrícolas, que à sua sombra lançaram e desenvolveram, contra elle se erguem agora, numa alucinação de desespero, culpando-o de todas as suas dificuldades e desditas, como se a tremenda situação não fôsse apenas o resultado lógico dos erros e imprudências que todos — absolutamente todos! — praticaram. Se o Banco tem culpas, não são menores as do Governo, nem as das próprias forças economicas, que o agridem, pois que todos concorreram,

com os seus excessos e levandades, para a grave perturbação que se está sofrendo.

Os erros de administração do Banco Nacional Ultramarino, — algumas vezes grandes e tanto que até se tornaram perigosos para a sua segurança — não podem contestar-se e elle mesmo já o reconheceu. Mas, entre os maiores, também devemos pôr os larguissimos créditos abertos tanto aos governos como ás actividades economicas coloniais, — e é isto que nos parece esquecido pelos que maior dever teriam de recordá-lo. Da desproporção entre a grandeza dos serviços prestados e o «potencial» do Banco resultou, manifestamente, a situação de desequilíbrio a que o Banco teve de acudir com medidas enérgicas, e até crueis, justificadas, todavia, pela necessidade de se evitar um mal maior.

Mas para que havemos de perder tempo a olhar para trás? — O que se impõe, é a acção que nos impulse para a frente. Na presença dos factos que irrefragavelmente demonstram a existência duma crise, que é de affixia para a vida económica das Colónias, devem cessar as discussões sem finalidade, para que tenha lugar, em plena calma, a medicação sábia e eficaz que salve o doente da morte.

Ponhamos a questão nos seus devidos termos:

— ¿ A função do «credito» nas Colónias está sendo exercida da forma mais conveniente? — Sabe-se que não.

— ¿ E estará o Banco Nacional Ultramarino em condições de a exercer dentro dos seus recursos actuais? — Vamos pedir aos numeros que nos respondam.

Ora repare-se na forma como o «movimento comercial» foi evoluindo nas Colónias africanas entre 1914 e 1924:

	1914			1924		
	Importação (contos)	Exportação (contos)	Total (contos)	Importação (contos)	Exportação (contos)	Total (contos)
Cabo Verde . . . . .	2.024	296	2.320	68.208	4.740	72.948
Guiné . . . . .	1.403	1.055	2.458	61.571	49.193	110.764
S. Tomé e Príncipe . . . . .	3.597	7.416	11.013	39.894	96.721	136.615
Angola . . . . .	5.214	4.167	9.381	333.099	2.5.915	609.014
Moçambiqu . . . . .	8.256	4.612	12.868	323.100	181.342	504.442
<i>Soma . . . . .</i>	<i>20.494</i>	<i>17.546</i>	<i>38.040</i>	<i>825.872</i>	<i>607.911</i>	<i>1.433.783</i>

Assim se vê que, no espaço dum decénio, o «movimento comercial» das colónias em regime de «escudos-papel» aumentou cerca de 37 vezes o seu valor. E, no mesmo espaço de tempo, também a libra subira de 6 escudos e pico a 120 e tantos escudos, podendo calcular se, *grosso modo*,

acquisitivo do papel moeda entre 1914 e 1924.

Pois ao passo que o escudo-papel assim se depreciava e os valores comerciais de importação e exportação nas colónias iam subindo naquela proporção, nós vemos que o capital e reservas do Banco Emissor apenas vão sofrendo as seguintes alterações:

	CAPITAL	RESERVAS	TOTAL
1914 . . . . .	7.207.000\$00	2.603.000\$00	9.800.000\$00
1918 . . . . .	12.000.000\$00	12.220.000\$00	24.220.000\$00
1919 . . . . .	24.000.000\$00	24.000.000\$00	48.000.000\$00
1924 . . . . .	24.000.000\$00	34.000.000\$00	58.000.000\$00

Isto é: não chega a totalizar 6 vezes o capital e reservas com que trabalhava numa época em que o poder liberatório do escudo era 20 vezes maior e 36 vezes menor a representação em valor do comércio das colónias.

Do que principalmente se cuidou, para se fazer face ás crescentes necessidades o crédito no ultramar, foi de recorrer ao aumento da circulação fiduciária, que, nas colónias africanas, passou de 3.576  $\frac{1}{2}$  contos (em 1914) a perto de 93.337 contos (em 31 de Dezembro de 1923), aumentando quasi 26 vezes sem que fôsse devidamente acompanhada pelo montante em moeda metropolitana. E se é certo

que em alguns bancos emissores coloniais se constata uma existência em notas da emissão privativa imensamente superior ao capital e reservas do banco, — como, por exemplo, no Banco de Java, em que a circulação é de 258.448.720 *guilders* para 12.908.819 *guilders* de capital e reservas, — também não é menos certo que essa circunstância só poderá ser vantajosa quando a balança de pagamentos das colónias lhes seja altamente favorável, — o que não sucede com as nossas... antes pelo contrário.

Por consequência, os resultados colhidos do aumento desordenado das emissões foram desastrosos para o

Banco Emissor, como não podiam deixar de ser, pois que das maiores facilidades concedidas aos governos e ao comércio das colónias proveio um tal desequilíbrio nas balanças comercial e económica que, em 1922 e 1923, o *deficit* de coberturas no Banco Nacional Ultramarino foi, respectivamente, de 34.438 e 34.456 contos, — excluidas as colónias de moeda-ouro.

Seria a falência a breve praso, se o Banco, numa justa (embora tardia) visão da sua insuficiência para acudir á febre dos saques, não tivesse duramente effectuado a redução dos créditos e contido a vaga alterosa das transferências dentro do limite das respectivas coberturas.

Desde esse instante, era ao Estado que cumpriria chamar a si o papel que, pela extrema imprudência do B. N. U., este estivera a desempenhar. Como? — Pagando, tal como o fazem outros países coloniais nas mesmas condições, o *deficit* das respectivas balanças de pagamentos. Não podia fazê-lo? — Evito a resposta para não ser levado a considerações que o meu patriotismo manda calar neste momento.

O facto é que, ao fim de muitas imprevidências e desatinos, as nossas maiores colónias estão a braços com a restrição do crédito e das transfe-

## PARCERIA DOS VAPORES LISBONENSES

(Arrendatária das docas e oficinas do Porto de Lisboa)

Serviço permanente de reboques, salvamentos de navios e transportes fluviais de passageiros, bagagens e carga;

Aluguel de cábreas e outros aparelhos de força.

Trabalhos de sondagens e de mergulhadores.

Reparações de navios; limpezas, picagens (manual e a ar comprimido) e pinturas interiores, de costados e de fundos.

Pequenas construções navais (rebocadores, lanchas, batelões, salva-vidas, etc.).

Demais trabalhos navais de todas as especiali-

dades metalúrgicas, de soldadura, de carpintaria de branco e de machado, de calafetos, etc.

Montagens e reparações de instalações electricas a bordo.

Obras hydraulicas.

Fornecem-se:

a) Indicações técnicas, orçamentos e planos.

b) Materiais para todas as obras e trabalhos referidos.

c) Dispositivos especiais para embarcações destinadas ao serviço colonial.

d) Tintas próprias para climas e águas tropicais.

Administração Central: — Cais do Sodré — LISBOA

Telefones | C. 1926 | Administração e serviço  
| C. 2992 | de transportes  
| C. 1588 | Oficinas, docas e obras

Endereço telegrafico:

“DRYDOCKS,,

rências para fins comerciais, ao mesmo tempo que também não tem devidamente organizado o seu *crédito agrícola*. Poderão progredir nestas condições? — É possível, sim, é possível que os nossos homens de governo consigam repetir o milagre... da vara de Moisés.

Lembre-mos, porém, de que a formidável prosperidade de Java — onde o *Javasche Bank* iniciou as suas operações em 1828 — se deve ás suas poderosas instituições de crédito, que, em 1908, já eram nada menos de 12 com capital de diversas proveniências e, entre outras, da China e do Japão. No Congo Belga, em 1922, eram 7 os organismos bancários que estavam financiando o comércio, a indústria e agricultura, promovendo a sua prosperidade. E a França a nenhuns esforços se ha poupado para que em cada uma das suas colónias o «crédito» se instale, efectuando aquella «multiplicação de capitais» sem a qual não pode multiplicar-se a riqueza, sendo o Banco de Madagascar a sua última criação.

Ora se não é o milagre que se espera, urge que o Poder Central, pelos ministérios competentes, defina e desenvolva a acção que nitidamente nos demonstre que não se desinteressa pelas agonias que as colónias estão sofrendo e que para o seu desafogo e progredimento está disposto a mobilizar todos os seus recursos. A espantosa resistência oposta pelas colónias ás calamidades que ha tanto tempo lhes prendem os movimentos e lhes sufocam a expansão económica, collocando-as em perigo de ruína, mostra bem a ténpera dos homens que lhes estão dando o rude esforço do seu labor para que Portugal figure, aureolado de honra, entre as nações colonizadoras da Terra.

¿Será de difícil resolução o problema? — Parece-nos que não. Depende, naturalmente, duma politica financeira interna que restabeleça o nosso crédito e mereça a confiança dos capitais emigrados; mas, contando com ela, — porque a impõe a nossa própria salvação — teremos o problema reduzido ao seguinte:

a) dentro da actual situação, — o immediato robustecimento do Banco Emissor das colónias para o desafogo da exercicio das suas funções, criando o Estado as «Caixas de Crédito Agrícola» a que se refere a lei de 30 de Maio de 1919, com os fundos nela consignados e, ainda mais, com o montante duma emissão especial para esse fim, podendo servir até aquella que já em algumas colónias existe além das emissões legais;

b) cessando o privilégio da emissão — o estabelecimento da liberdade bancária, com a faculdade de emissão de notas até o limite do capital e reservas dos bancos, desde que sejam portuguesas as respectivas instituições.

Haverá quem fareje neste meu arazoado o fim oculto de prestar alentos ao Banco Ultramarino ou... o contrário. Depara-se aí matéria que satisfaça todos os olfactos. Mas, para que ninguém me atribua propósitos que não tenho, torno minhas as seguintes palavras do sr. Vicente Ferreira sobre o que tem sido a acção daquele Banco:

«... quaisquer que sejam os erros e deficiências mais ou menos justamente atribuidos ao Banco Nacional Ultramarino, é de elemental justiça conceder-lhe, a seu «activo», uma larga soma de serviços prestados ás colónias portuguesas.»

Caso algum govêrno entenda que os seus serviços valem muito menos que as suas faltas, ha apenas um remédio: — liquidá-lo. Mas se, pelo contrário, a soma dos serviços prestados fôr maior que a dos seus erros, só ha uma solução: fortalecê-lo.

Em qualquer dos casos, uma única ideia deverá prevalecer: firmar e ampliar o «crédito» de que as colónias necessitam.

#### A. LEITE DE MAGALHÃES.

N. da R. — Este artigo do nosso director é transcrito, com a devida vénia, do

numero especial que o brilhantissimo seminarario de doutrina e critico «Seara Nova» dedicou ao *Problema Oolonial*, em 9 de Maio ultimo.

Esse artigo foi precedido pelas seguintes palavras da sua Redacção:

*O sr. major Leite de Magalhães, que há um ano realizou na S. de Geografia uma notavel conferência sobre a colonização e o desenvolvimento de Angola, onde já governou alguns distritos, considera, no que estamos de inteiro acôrdo, da máxima necessidade a urgente reorganização do crédito nas Colónias. Para isso vê, em alternativa, duas soluções fundamentais: ou o Estado robustece o Banco emissor das Colónias, criando ao mesmo tempo Caixas de Crédito Agrícola, ou admite a pluralidade de bancos emissores portugueses. O sr. Leite de Magalhães, que traz para o estudo da questão dados muito interessantes, não opta por qualquer das soluções. Reportando-nos ás proprias considerações do seu artigo, aventamos uma terceira solução: se o Estado tem de fornecer os recursos, sem os quais nada se realizará com amplitude, êle mesmo pode exercer, por qualquer forma adequada, a acção que tem estado concentrada num banco privilegiado.*

A solução alvitrada pela «Seara Nova» não foi considerada pelo nosso director por uma razão simplicissima: a um tesouro quasi exausto ninguem pode pedir sacrificios que os seus recursos não comportem. E custaria demasiadamente cara a instalação de um organismo bancario que por completo substituisse nas colónias as funções que estão sendo exercidas pelo actual Banco emissor. Como *associados*, talvez seja possível; e hoje, desde que o Estado participa na administração desse Banco, até se justifica. Mas não se lhe peça mais, porque até a falta de *crédito agrícola*, que lhe pertence, é uma consequencia da sua miseria, ligada á sua incompetencia.

E, além de tudo, que garantias de moralidade nos daria, aos «guichets» dum Banco, a administração dum Estado ainda tão profundamente corrompido pela avariose duma politica com pouco pudor e poucos escrúpulos?

Acaso poderá a «Seara Nova» esquecer o formidável libelo acnsatorio que, contra esse Estado, se depara escrito nas suas páginas?

... Sejamos cautos, sim, sejamos cautos!

## Marques, Seixas & C.<sup>a</sup> Ltd.

Lisboa e Africa

LISBOA — Travessa dos Remolares, 10, 3.º Esq.

Telegramas FERRAMENTA — Telefone 2914 C.

NOVO REDONDO — Caixa do Correio n.º 3

Telegramas SEIXAS — Telefone 1

Sortido completo de arminho, mercadorias para permuta tintas, ferragens, etc.

## MARINHAS DE SAL

Creação de gado bovino e navegação á vela para todos os portos da provincia.

Grandes plantações de algodão e fabrica de degramento pelo sistema mais aperfeiçoado em Novo-Redondo.

Grandes depositos de café da Amboim, óleo de palma e coconote da suas roças do Amboim e Seles-Boa Lembrança, Santa Clara, Aliança, Montebelo, Rio Luate e Monte Alto.

Importação — Exportação

Telegramas  
CAPA



# COMPANHIA AGRICOLA-PECUARIA DE ANGOLA

SOCIEDADE ANONIMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

ANTIGA SECÇÃO DE CEREAES DO

*Fomento Geral d'Angola*

## CULTURA DE CEREAES

## CREAÇÃO E APERFEIÇAMENTO DE GADO

INSTALAÇÕES

EM

LOANDA, BENGUELA, HUAMBO, LUBANGO,

CALULO, CHINGUAR, LUIMBALE, ANDULO, QUIPUNGO, CHIBIA, GAMBOS etc.

## CAPITAL E. 9000:000\$00

*SEDE EM LISBOA: Rua dos Fanqueiros 12.2°*

TELEFONES: C.º 480 e C.º 970

Telefone: 2249-Central

Endereço telegrafico:

Lisboa — GENGUBA

Loanda — FUBA

Dondo — COCONOTE



# Beltrão, Pena & C.<sup>a</sup>

## LIMITADA

## Generos Coloniais

LOANDA

DONDO

e

LISBOA

Rua Madalena, 66-I.º

# RICARDO PIRES & C.<sup>A</sup>

LISBOA

RUA DA GLORIA, 72, 1.º D.º

End. tel.º — Amendoense

AFRICA

Loanda—Caixa postal 338

End.º tel.º—Cabacos—Silvares

INDUSTRIAL FRICORIFICA *Fabrica de Gelo e Refrigerantes — (Fornecimento de gelo, a vapores e de peixe congelado, na linha ferrea Loanda-Matange)*

EMPRESA DOS TABACOS DE ANGOLA *Fabrico mecanico aperfeiçoado de picados, cigarros e charutos*

IMPORTADORES

**SERRALHERIA MECANICA**

EXPORTADORES

Societarios  
de:

Elias & Pires, Ltd., em Lucala—com filiais de permuta nas regiões de café.  
Sociedade Agricola e Industrial de Camoma, Ltd.—(Agricultura.)  
Empresa Pecuaria do Rio Tapada, Ltd., no Lobito e Egipito—(criação de gado e cultura d'algodão e palmares).  
Machada & Ricardo nos Salles — Cultura de Palmares).

# Pela politica

## A AUTONOMIA DAS COLONIAS

### A autonomia das Colonias

Do nosso presado amigo e distinctissimo colaborador, sr. Engenheiro Lopes Galvão, recebemos a seguinte carta, a que só hoje, por motivos de força maior, damos publicidade:

Meu caro Leite de Magalhães.

Por me parecer sobremaneira interessante, desejo que fique arquivada nas paginas da *Gazeta das Colonias* a opinião que lá fóra se forma acerca da Autonomia que Portugal concedeu ás suas duas principais Colonias. Essa opinião é tanto mais interessante quanto é certo que é emitida por quem desapaixonadamente observa a evolução dos nossos processos administrativos e os observa com especial interesse e com conhecimento de causa por virtude das relações que uma das citadas Colonias—Moçambique—tem com o paiz onde ella é expressada.

Diz o «De Volkstem», de 8 de Dezembro ultimo, (jornal considerado como órgão do Governo da União Sul Africana e que se publica em Pretoria) sob a rubrica:

### Um pouco mais de independencia

*Ha cerca de seis anos que o Governo de Lisboa fez saber ao Mundo que, de futuro, as provincias de Angola e de Moçambique seriam collocadas sob a administração dum Alto Commissario com plenos poderes de administrar a Colonia que lhe fosse confiado, á sua propria iniciativa e para o bem do seu territorio. Lisboa tinha assim comprehendido que era chegada a occasião de conceder uma certa dose de autonomia ás provincias já citadas.*

*Na prática o resultado colhido não tem sido favoravel.*

*Selo que diz respeito a Moçambique, o seu Alto Commissario explicou, ha dias, a um correspondente do «Kaud Mail» como as autoridades de Lourenço Marques se veem na necessidade de aguardar as decisões do Governo de Lisboa em relação ao assunto da questão monetaria.*

*A União, para as questões de Governo, é um Estado independente, o qual regula os seus proprios negocios com os seus vizinhos,*

*Em Lourenço Marques, a situação é diferente; mas isso não impede que um pouco mais de independencia seja necessaria a acção do Alto Commissario sobretudo num lugar onde existe um pósto tão importante.*

*O nosso proprio territorio disso muito teria tambem a aproveitar.*

Como o meu amigo vê, os nossos vizinhos são de opinião que a nossa Colonia de Moçambique está já em condições de gosar dum pouco mais de autonomia, principio que eu tenho defendido pela forma que as colunas da sua *Gazeta* tem amavelmente registado.

Sua Ex.<sup>a</sup> o Alto Commissario de Moçambique, como se vê da referencia ao jornal inglez de Johannesburg, é tambem da minha opinião.

Como estamos na era dos plebiscitos, vou registando estas opiniões, para contrapor ás daqueles que se estão manifestando em desacordo com a minha doutrina e entre os quais eu tenho o desgosto de o ver, conforme se deduz do comentario feito ao meu ultimo artigo.

Pois cá estamos para o ouvir!...

Camarada e Amigo

A. Galvão

A promessa, que fizemos, será cumprida. Apenas estamos aguardando que o Ministerio das Colonias se reorganize, como está projectado, para ficarmos sabendo até que ponto poderemos contar com a eficiencia da sua organização para o caso que nos interessa. Todavia, não falta já quem tenha conhecimento da variante que teremos a propôr á solução preconizada nas colunas desta «Gazeta» pelo sr. engenheiro Lopes Galvão e que, apesar de muito menos liberal, já foi classificada de «bolxevista» por um dos mais distintos coloniais deste país, cuja competencia se afirmou em alguns Governos do ultramar.

Assim se vê, que a atmosfera não é propicia a largas concessões... Mas isto não impedirá, naturalmente, que

as opiniões se afirmem e que por ellas nos batamos, com ardor e fé, até que, pela sua propria beleza, ellas se imponham.

\* \* \*

### O problema do Zaire

O *Gremio de Estudos do Zaire*, cujos patrióticos objectivos se estão afirmando no especial denodo com que se bate pelo desenvolvimento da acção na margem esquerda do grande rio internacional que a Belgica já mais de uma vez nos disputou acaba de abrir um inquerito tendo por fim averiguar qual a opinião predominante sobre o mais conveniente traçado do caminho de ferro para as minas do Bembe, que o sr. General Norton de Matos, por Decreto n.º 258, fazia partir do Congo Iala (Zaire) e que o sr. tenente-coronel Rego Chaves, por decreto n.º 433, de 24-XII-925, trocara por Loanda, mantendo em desocupação a margem cubizada.

Como tambem se pede a nossa opinião, ella aí vai:—sómos pelo primeiro projecto contra o segundo, que absolutamente condenamos.

Que a testa do caminho de ferro fique no Congo Iala ou em Santo Antonio do Zaire, pouco nos importa. Achamos apenas que os caminhos de ferro devem procurar a via fluvial ou maritima pelo caminho mais curto, que é o mais economico, sem olharem a outros interesses que não sejam os do barateamento dos transportes... E nisto dizemos tudo.

Mas ha um interesse que não pode ser menosprezado: é o nacional. A occupação da margem esquerda do Zaire é uma condição que não admitta contrariedade. Esta, acima de tudo. O resto... é com a engenharia.

Devemos acrescentar, porém, que o patriotismo bem entendido não é o daqueles que vêem em cada rosto extranho, o olhar feroz dum inimigo:—é antes o daqueles que, para bem do seu país, sabem criar boas amizades e, prestando-se os auxilios mutuos que necessarios sejam para a prosperidade comum, procurem en-

trar no concerto geral da Humanidade.

... Acaso haveria tanto ladrão se fosse menor o egoísmo dos homens? — Sejam os cautos, sim; mas isso não quer dizer que sejamos... tolos. No momento actual, é a Belgica que, pela voz dos seus mais distintos colonialistas, está defendendo uma politica de cordeal aproximação... Pois cumpre-nos ouvi-la, que nisso tambem está o nosso interesse!

\*  
\* \* \*

### A Comissão de Defesa das Colonias

Quem nos dá conta dela?... Estará morta?

Por muita consideração que nos mereça a Ex.<sup>ma</sup> Direcção da Sociedade de Geografia, nós não deixaremos sem reparo a circunstantia extranha do arrefecimento que foi deixando cair sobre o movimento que tão arduamente provocou, tornando impossível, para futuro, qualquer outro movimento naquella natureza pela incredulidade que ficou dominando quanto á firmeza das suas atitudes.

O que se passou, é grave. E se não houver para tudo uma explicação que salve, é natural que uma forte opinião se erga contra os responsaveis pelo fracasso do mais belo esforço que se tentou para criar em Portugal, e fóra dele, uma consciência esclarecida quanto ao valor da obra colonizadora que tem sido a nossa.

Aqui fica o aviso... Já temos conhecimento da irritação que lavra, ameaçando temporal desfeito. E francamente, mereciam mais alguma consideração aqueles que perderam tardes e noites em serviço duma causa que lhes foi imposta como de defesa da Nação, e cujos trabalhos ficaram... em papeis.

E' desolador!

\*  
\* \* \*

### O esforço colonial da Republica

Emfim!... Os quinze anos de administração republicana nas Colonias vão ser agora historiados e documentados em vasto relatorio para que, onde fór necessario aquilatar-se e considerar-se a obra produzida, ela tenha na sua propria grandeza o mais irrefragavel testemunho da actividade que a gerou.

São grandes os nossos defeitos, são! Principalmente, ainda não nos convencemos de que precisamos de orientar-nos por um ideal politico cujo fim mais puro seja o do engrandecimento da Patria, levando á menor conta o interesse privado dos corrilhos ou fa-

ções. Mas tambem temos qualidades admiraveis!

E tão grandes elas são, que, a-travez dos muitos erros e desvarios, as virtudes criadoras se afirmam e altamente sobrepujam os vicios que se entremetem a contrariá-las. Inteligencia, robustez de braços e espirito de sacrificio, não nos faltam. E em tão elevado grau possuímos essas qualidades que, mesmo afogados em pobreza e diminuidos em população, os dois milhões de quilometros quadrados que nos pertencem em trez partes do mundo, com cerca de nove milhões de habitantes, estão occupados, submetidos e trabalhados de maneira que parece obra de gigantes o esforço ali desenvolvido.

Os Governos da Republica tem sido muitas vezes acusados de graves desatinos em materia de administração colonial...

E, na verdade, assim é! Mas tambem têm muito de que orgulhar-se e vêr-se á, quando o estudo completo for apresentado, como a acção do regimen é qualquer coisa que se impõe ao respeito de quem desapaixonadamente tiver de avaliá-la, honrando a Nação.

Com bastante mágua deixamos de transcrever na integra a portaria ministerial, de 12 de Fevereiro, que nomeia a comissão para a elaboração do citado relatorio. Mas os seus considerandos são de tal forma lamentaveis sob o ponto de vista gramatical e tão confusos nos seus dizeres que julgamos preferivel abandoná-los á fraca publicidade da fôlha oficial.

Aquella portaria tem uma historia interessante... E na sua origem,—podemos garanti-lo!—era bem diferente do desconchavo que saiu. Não será possivel uma revisão?

Merecem, porém, as melhores homenagens os ilustres Ministros que a subscrevem e principalmente aquele que teve a iniciativa do patriótico trabalho,—o sr. dr. Vasco Borges. E' mais um alto serviço que a Republica lhe ficará devendo.

\*  
\* \* \*

### Ouvindo o marechal Foch...

Vem a entrevista publicada no «Diario de Noticias», de 6 de Fevereiro ultimo. Assina-a o nome literario de Antonio Ferro.

E' interessantissima!... Mas é-o, principalmente, pelo que diz de nós o glorioso vencedor da maior guerra de todos os tempos e virtuoso cidadão que é o orgulho da França e de toda a Raça latina,—o marechal Foch.

Recortemos esse dialogo, que é, ao mesmo tempo, desvanecedor e... preventivo:

—Portugal queixa-se de que não lhe fazemos justiça, de que ninguém se lembra da sua participação na guerra, do seu esforço humilde e desinteressado. Não acha que Portugal tem razão?

—Sem duvida. Os portugueses bateram-se como os melhores. Tenho uma recordação que pode levar para o seu paiz. Quando se assinou, em Versailles, o tratado da paz, houve alguém que teve a coragem de dizer a verdade toda e que revelou (sem ter fulado comigo), num discurso brilhantissimo, todo o meu pensamento. Esse alguém foi o delegado de Portugal...

(Deve tratar-se do sr. dr. Egas Moniz).

—Entretanto, apesar da nossa participação na guerra, apesar do sacrificio, ha quem pense no assalto ás nossas colonias...

Foch tem uma resposta, que é a resposta do bom senso, resposta que devia estar impressa num cartão e colocada, bem á vista do gabinete de todos os ministros.

—Se os portugueses guardarem as suas colonias, ninguém lhes tocara. Se as abandonarem, não têm que se queixar...

—Acredita num ambiente favoravel ás ambições sobre as nossas colonias?

Foch tem uma resposta vaga:

—Os tratados de paz podem estar mal feitos, mas têm que ser cumpridos. Essa é a melhor garantia duma tranquillidade completa. O primeiro papel da Sociedade das Nações é fazer cumprir esses tratados.

—A Sociedade das Nações devia ter outro nome, devia chamar-se a Sociedade das grandes Nações.

Será assim. Portugal, no entanto, tem os seus delegados... Lode discutir, fazer valer os seus direitos.

—Lode, realmente, discutir. Duvido que possa fazer valer os seus direitos..

—Seja como fór, o bom senso destruirá todas as ambições.

Não comentamos... Para quê?

Se tudo, para nós, depende do bom senso, talvez ainda nos encontremos longe de sustar as ambições.

... Vamos andando! Vamos andando!

Fala-se por aí em mais desordens.. Não ouvem? — O que é que se pretende?

... Vamos andando! Vamos andando! — Ainda não chegamos ao termo do calvario.

Companhia Nacional

DE

PRODUTOS COLONIAIS, L.<sup>DA</sup>

Rua dos Fanqueiros, 15 — LISBOA

Transações sobre cacau,

café, cera, coconole e couros



# Angola

## A obra de assistencia no Cuansa-Sul

O sábio e eminente *Parasitologista*, de reputação mundial, professor Brumpt, na visita que fez em Julho de 1923 a Novo Redondo, exteriorizou, perante os congressistas ao 1.º Congresso de Medicina Tropical, um facto inédito, que vincou fundo a sua passagem por terras de Angola.

ram voga universal, entra nos domínios superiores do pensamento para afirmar com uobreza e autoridade:

«Os indigenas de Angola apresentam-se com um admirável aspecto físico e sem as características de «surmenage» que tenho observado em algumas outras colonias».

Assim fala e assim pensa um alto espirito observador, o professor consagrado da Sorbona, um excelente espirito de síntese.

Foi, positivamente, para pulverizar este alto conceito e o nosso esforço multiseccular de colonizadores, que o professor Ross, o médico Camer e os seus cúmplices evangelistas americanos,—os quais lamechamente acarinhámos official e particularmente em Angola e Moçambique—forjaram maquiavelicamente «dossiers» crueis sobre a nossa attitude de menos humanidade para com os factores máximos do progresso colonial, que são os nossos indigenas.

E, ao lado destes americanos, que não tem a *coragem moral e civica* de apresentar a prova testemunhal e os nomes dos seus cúmplices—que vivem portas a dentro dos nossos domínios coloniais—vem a literatura científica alemã, reforçada pela inglesa e esta à ilharga de historiadores franceses, afirmar que a nossa politica colonial, a nossa administração ultramarina, não passam de uma banal *caricatura!*...

Eles—os fortes de hoje—que para colonizarem vieram aurir ao espirito *Latino-Lusitano* as formulas, os sistemas e os segredos da politica colonial, afirmarem que não sabemos fazer se não caricatura em matéria de administração ultramarina!...

Para estas nações, fortes com a sua plétora de população e com as riquezas do seu solo e sub-solo, o que sobretudo lhes empresta o seu supremo espirito de injustiça para com Portugal nação mestra em levantar o nível moral e psiquico dos indigenas—é a sua desmedida e delirante ambição.

\*  
\*  
\*

Demonstraremos á evidência que as afirmativas genericas, accusando-nos de carência quasi absoluta de protecção social aos indigenas e de assistencia médica, tem laivos inauditos de falsidade premeditada,

Em Angola, e sobretudo no Cuanza Sul, essa protecção e carinho para com as populações indigenas mais accessiveis ao nosso contacto vai até esta situação paradoxal e de actualidade flagrante:

—*Nos núcleos de maior densidade europeia não ha hospitais e enfermarias para brancos; mas ha sempre hospitais e casas de saúde para indigenas.*

isto é:—contra tudo o que era de supôr, a *Assistencia aos indigenas* prevalece sobre a assistencia aos europeus. Os nossos accusadores, é certo, inverteriam os papeis. Meditem sôbre isto os nossos detractores, os plumi-



NOVO REDONDO — Hospital Indígena — Pavilhão provincial

Mr. Brumpt, com o seu penetrante espirito de analista, com a acuidade inteligente de observador nos detalhes mais aberrantes, a flegma simpática que empresta a tudo que afirma, pronunciou esta frase, que nos desvanece no meio de tanta amargura:

—«Os indigenas das colonias portuguesas e, sobretudo, de Angola, pela observação que acabo de completar em Novo Redondo, aproximam-se com confiança e simpatia dos europeus, o que não é muito vulgar em outros domínios coloniais».

E, nas suas memorias de após Congresso, que tive-

tivos com títulos de professores de psicologia e de *histórias de negros*.

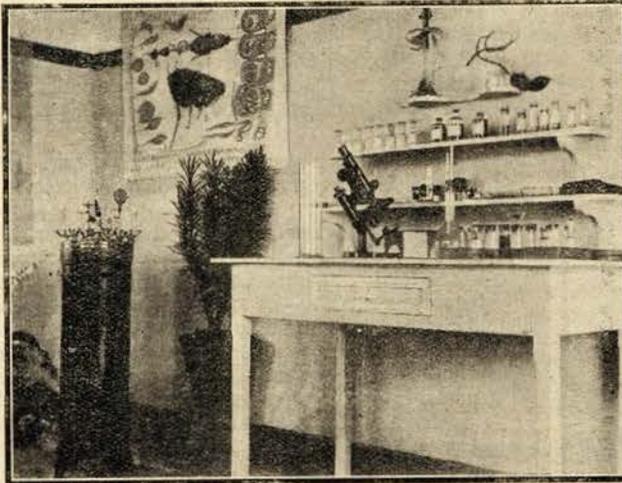
Com efeito, o nosso esforço a favor dos indígenas é feito com prejuízo e dolorosamente à custa do bem estar dos nossos colonos!

Este Mr. Ross visitou, forçosamente, e inquiriu sómente as populações sadias, fortes e pacíficas dos planaltos mais conhecidos de Angola, aonde formigam as missões evangélicas e onde, na grande maioria, a intriga in-

As suas janelas, tripartidas e geminadas, teem um ar acolhedor e de conforto, que os aborígenas instintivamente agradecem.

Mr Ross inquiriu sómente no ambiente evangélico dos planaltos!...

Se fosse ao Cuanza Sul investigaria da gratidão dos indígenas, da simplicidade do seu reconhecimento para com os benemeritos facultativos Drs. Gomes da Costa, Firmino de Meireles, Rodrigues Costa, Peixoto da Fonseca, etc., que, numa via sacra exaustiva de todos os dias e todos os momentos e no sacrificio candente de toda a hora, percorrem as suas áreas sanitarias, como autenticos *médicos fantasmas!*



## NOVO REDONDO

Hospital Indígena — Laboratório de análises clínicas



ternacional contra o nosso prestígio de soberania é mais do que palpável—é eminentemente criminoso.

A a vore evangélica ainda não principiou a lançar raízes no Cuanza Sul.

Não, que aí há fâma de ambientes inimigos, de indígenas cruéis e rebeldes...

Mas se o professor Ross não fosse a Angola com o pensamento reservado—e depois das queixinhas misteriosas dos seus irmãos no evangelho—então visitaria o Cuanza Sul e outras regiões de Angola e observaria as populações enropeias dedicadas aos indígenas e os funcionarios, que se prezam, sacrificando-se hora a hora, de alma e coração, pelo seu bem estar, particular e social.

O núcleo de sete pavilhões hospitalares, de tipo regional, que ressaltam na quebrada mole de dois oiteiros, nos suburbios de Novo Redondo, e alvejam como ermidas de devoção e amor do próximo, o demonstra.

Ao lado do pavilhão do isolamento, da maternidade, do necrotério, existe a escola de enfermeiros indígenas, o laboratório de análises clínicas, etc.

A escola de enfermeiros indígenas, com as suas tampas murais de proto-parasitologia e anatomia comp rada o arsenal cirurgico e o recheio do laboratório de análises, dizem alto do carinho com que são tratadas pelos poderes publicos as populações nativas.

E o aspecto regional, elegante e severo, que esses pavilhões apresentam com as suas altas empenas, e nelas bem gravados os nomes ilustres de filantropos e benemeritos que teem dado o melhor da sua vida à obra da colonização e da *Assistencia aos indígenas!*...

*E fazemos caricatura!*... E somos quasi escravagistas!...

JOÃO ORNELAS.

N. B.— Entre os benemeritos facultativos, que são indicados, falta um nome: é o do illustre sinatario do artigo, que deve figurar, pelos mais justos titulos, ao lado dos primeiros.

# RAUL LINO, & C.<sup>A</sup>

## Novo Redondo e Amboim

Comerciantes e Agricultores

Endereço telegrafico: RAULEIRO

## Plantações de Algodão

# FORNOS DE CAL

Comissões, Consignações e Conta Propria



# Macau

## A Administração do Pôrto de Macau

**E**STAR longe tem vantagens e tem contras. Ao vêr o tumultuar da vida portugueza, ao vermo-nos longe, servindo o nosso país, mas calmamente, fóra dessa fogueira, evidentemente que nos sentimos privilegiados. Mas lá chega a vez em que o nosso nome, responsabilidades nossas, trabalhos nossos, assuntos da nossa paixão, veem á telta da discussão, e, ness altura, estar longe, chega a sêr uma tortura e quantos males ás vezes acarreta!

Há menos de três menses saído de Lisboa, vejo erguer-se um cerrado ataque á organização administrativa criada para o pôrto de Macau durante a minha gerência do Ministerio das Colonias.

Por principio, quando ando por longe de Lisboa, não intervenho nos debates que por aí surgem, porque o simples e inevitavel atrazo com que surjam á luz em Lisboa as opiniões escritas nestas terras distantes, basta, em regra, para lhes tirar a oportunidade e com ella o interesse. E uma outra razão há ainda: é que a réplica ao que de longe se escreva, surgindo naturalmente pronta e deixando após ella um silencio, dará sempre fóros de victoria, e de victoria fulminante, esmagadora, a quem contradiga o longinquo argumentador que só longas semanas ou menses depois poderia continuar a discussão de um têmea, que ninguém já suportaria.

No presente, porém, — e cá estou eu chamando presente ao que se dizia em Lisboa há mais de dois menses, — é possível que as minhas palavras cheguem a tempo de ainda não terem perdido a oportunidade e, como o assunto é importante e pela feição que já lhe tem sido dada, começa a apresentar-se como um êrro que cometi, sempre peço o espaço de umas colunas na revista onde as discussões dos principais assuntos coloniais vão ficando arquivadas.

Reconheço que, no debate levantado, o que se tem atacado não tem sido a rejeição da fórmula *companhia internacional*, mas sim o molde de forma administrativa nacional que foi estabelecido. Isso tem uma superior importancia para mim, porque seria causa de verdadeira desconsolação se

o esforço por mim feito para libertar Macau da grave situação que tão irrefletidamente ia criar-se-lhe, fosse, após o meu abandono da direcção desses assuntos, tão mal comprehendido e seguido.

O que se critica, é a fórmula estabelecida para funcionamento da administração portugueza; e isso, tendo aliás importancia, é, comparada á primeira questão, uma verdadeira questão minima.

Foi, porém, a fórmula, que aprovei para Macau, merecedora de todas as acusações que se lhe fazem — desbarato de dinheiros, e falta de unidade de direcção, — porque são essas duas acusações as que vejo concretizar? Vê lo emos; mas, primeiro, façamos um pouco a historia dessa organização.

Não é ella a obra pessoal de um transitorio — felizmente, bem transitorio — ministro das Colonias. E' a obra de muito estudo, de muitas opiniões, e — vá lá essa informação para os que pensam o contrario — entre essas opiniões, de cuja convergencia resultou a obra adoptada e agora repudiada, a autorizadissima opinião do meu querido, illustre e tão considerado amigo, o almirante Lacerda.

Quanta vezes, por escrito e verbalmente, trocámos impressões sobre o assunto, e lá figura no processo a recta, embora muito laconica, de uma aunião no gabinete do Ministro das Colonias, A. Bulhão Pato, em que a nossa comunidade de ideias a favor da Junta Autonoma ficou oficialmente registada.

Sobre a fórmula «Junta Autonoma», não há, pois, que vir discutir com o argumento de que se lhe opõe a autoridade tão justa e geralmente considerada do illustre director das obras do Porto. Há nessa suposição um equivoco, que deriva, certamente, destas enormes distancias a que, uns e outros, estamos tratando o assunto.

A opposição incide pois, certamente, não sobre a criação de uma «Junta Autonoma», mas sobre a forma como essa Junta foi organizada.

O assunto foi longamente estudado no Conselho Colonial. Foi relator d'ele um engenheiro illustre, que as colonias conhecem e que injusto será

acusar de leigo na materia. O trabalho d'esse relator, em que a Junta Autonoma tinha, como delegação executiva, uma comissão de três membros, foi, como disse, assunto de longo estudo no Conselho, que aprovou, unanimemente, se não êrro, ou contra uma muito pequena minoria, essa organização da Junta.

Esse trabalho foi-me presente na minha situação de Ministro. Recordo-me de ter objectado que me parecia dispensavel a existencia de um director encarregado dos serviços marítimos; á minha objecção, porém, esclareceram-me vogais do Conselho mostrando que esse ponto fóra fundamentalmente discutido, e que os proprios officiais de marinha, membros do Conselho, — os almirantes Ernesto de Vasconcelos, Paula Cid, Pedro de Azevedo Coutinho, — tinham concluido por concordar com o relator e reconhecer a necessidade da existencia d'esse logar, separado do do Capitão dos Portos da Provincia. E' um êrro?

As numerosas administrações de portos, onde, além da autoridade «capitão do porto», existe esse director marítimo, provam a favor do do voto do Conselho, a que eu, sabedor do estudo a que obedecêra, entendi cingir-me.

Mas restam ainda dois outros directores remunerados para formarem a Comissão executiva. Trata-se de um director tecnico de obras e de um director de serviços economicos.

Será, porventura, qualquer d'elles superfluo?

O fúncionario especial para os serviços economicos, com categoria de director ou sem ella, era uma proposta da Provincia e era uma das aspirações mais veementes e mais instantaneamente expressas do Director das Obras dos Portos, o illustre almirante Lacerda. Esse illustre fúncionario cada vez dava mais importancia, e justificadoamente, á organização da direcção economica do pôrto. Os ataques á obra de Macau incidiam quasi exclusivamente na accusação á falta dessa conveniente direcção economica.

O ultimo governo da Colonia chegára a propor a criação de um Conselho Economico e pensava pôr na sua presidencia um alto vulto da eco-

nomia portuguesa. O Conselho Colonial, propondo a criação de um Director dos Serviços Economicos, attendia a uma necessidade reconhecida por todos, — Governo da Provincia, Direcção das Obras dos Portos, e da critica da opposição.

Resta analisar a necessidade do terceiro vogal da Comissão Executiva, — o vogal tecnico de obras, o engenheiro.

Julgámo-lo, porventura, os que estão em campo presentemente atacando a organização que eu aprovei e apresentando em cheque a propria conservação do actual director das obras, o illustre almirante e meu amigo, que um funcionario tecnico de engenharia se torna algum dia dispensavel num porto como o que está em construção e ficará em exploração em Macau? Existirá essa opinião? — Eu não quero crêr.

A campanha que vai levantada, não pode pois, a esse respeito, ter fundamento. O engenheiro é indispensavel, e o lugar dêsse funcionario, num pais onde se encarem os serviços por eles proprios e não pelos homens, não deve ser um lugar de subalternização no ramo do seu serviço, mas um lugar com a competencia e attribuições para o dirigir.

O illustre director das Obras dos Portos tem muitas e repetidas razões para saber quanta consideração me merece. Nos livros do Ministerio das Colonias estão registados os telegramas trocados por mim, como ministro, com o governo de Macau, sobre o assunto em debate, e essa consideração pelo almirante da minha arma, o meu antigo mestre, o meu tão apreciado companheiro de trabalhos e de horas duras, resalta com toda a evidência dessa correspondência. Mas, ao lado dessa profunda consideração que sempre patenteava, e a que sempre obedecia, eu tinha o dever de fazer implantar para o porto de Macau

uma organização, não para este ou aquele homem, mas para o serviço, para a colonia e para o pais.

Analizemos agora, porém, se a criação de um organismo de tres directores, sob a presidencia de um d'elles, seria contra-indicada.

Em toda a parte, ás grandes responsabilidades de administração de rendimentos e applicação de fundos, vejo estabelecida a fórmula da coresponsabilidade. Administrar o porto de Macau, não é dirigir a obra do porto de Macau. Mais uma vez eu tinha de abstrair das pessoas, para atender á natureza do serviço. Achei, pois, digna de aprovação a solução proposta pelo Conselho Colonial, estabelecendo a Comissão dirigente com tres membros, que, fugindo á direcção única, inaceitavel numa administração dessa ordem, evitava tambem que, para todos os actos e a todo o pretexto, tivesse de funcionar a assembleia magua da Junta Autonoma, com todos os defeitos das corporações numerosas.

Resta analizar o argumento dos grandes acrescimos de despesa.

Onde estão esses acrescimos? O unico que, de facto, poderá apontar-se, em relação ao regimen em vigor na actual direcção dos portos, é o do director dos serviços maritimos. Mas seria muito difficil encontrar na actual organização um lugar a extinguir, cuja verba pudesse servir para o novo vencimento a estabelecer? — Era um caso para diligenciar em Macau, em vez de r mper fogo contra uma organização que tão estudada e fundamentada havia sido.

Aos outros dois lugares de direcção ninguem poderá negar a correspondencia orçamental em lugares já existentes, pois ao presidente da Comissão Executiva, — lugar para que eu convidára iastantemente o illustre director actual das Obras dos Portos, ficavam correspondendo exactamente

os actuals vencimentos desse funcionario, como era inteiramente devido, e ao lugar de director-tecnico de obras, para que eu convidára tambem iastantemente o distinto engenheiro Duarte Abecassis, que não pudera recusar-se-me, caberiam os vencimentos que ele recebia como engenheiro das obras e que tambem não era justo nem sequer permitto reduzir, quando o aceitar dêsse cargo era para Duarte Abecassis um sacrificio que fazia por eu, em nome de Macau, lho impor como absolutamente indispensavel.

Mas, para complemento, uma pequena informação. Simultaneamente com a nova organização do porto, o Ministro das Colonias publicava dois decretos reduzindo despêsas em Macau. Um respeitava á Direcção das Obras Publicas; outro, á Marinha Colonial. As reduções feitas com esses dois decretos davam margem bastante para a criação de alguns novos lugares.

Se existiam novos encargos, — e só existiriam se em Macau o q izessem, — o Ministro das Colonias já para eles criava, nas despêsas da Provincia, a compensação de economias... E, ao mesmo tempo que o fazia, ia rejeitando projectos de diplomas, vindos de Macau, feitos naquela mesma inebriadora visão, — de que Macau tem enfermado e contra a qual tenho tantos anos de combate — de que os fumos do opio continuariam a cair sobre aquela terra linda, em uma chuva de patacas!

Macau, a acusar-me de desperdiçar os seus dinheiros!... A mim que vivi horas tão dissaborosas para os defender!...

...Teria graça se não fosse triste.

Beira, 29 de Novembro de 1925.

HENRIQUE CORREIA DA SILVA

## Marques, Seixas & C.<sup>a</sup> Ltd.

Lisboa e Africa

LISBOA — Travessa dos Remolares, 10, 3.º Esq.

Telegramas FERRAMENTA — Telefone 2914 C.

NOVO REDONDO — Caixa do Correio n.º 3

Telegramas SEIXAS — Telefone 1

Sortido completo de arminho, mercadorias para permuta] tintas, ferragens etc.

## MARINHAS DE SAL

*Creação de gado bovino e navegação á vela para todos os portos da provincia.*

*Grandes plantações de algodão e fabrica de degranamento pelo sistema mais aperfeiçoado em Novo Redondo.*

*Grandes depositos de café da Amboim, óleo de palma e coconote da suas roças do Amboim e Seles-Boa Lembrança, Santa Clara, Aliança, Montebelo, Rio Luate e Monte Alto.*

**Importação — Exportação**

# COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO

Sociedade anónima de responsabilidade limitada

Serviço regular entre a Metropole e a Africa Ocidental e Oriental Portuguesa

Saídas de Lisboa em 1 de cada mez para os portos de Africa Ocidental e Oriental  
Saídas extraordinárias em 15 de cada mez para todos os portos de Africa Ocidental  
Saídas extraordinárias de Lisboa e portos do norte da Europa para a Africa, só para carga

## Frota da Companhia

Paquetes Nyassa, 8965 toneladas—Angola, 8315—Lourenço Marques, 6355—Moçambique, 5771—Africa, 5491—Pedro Gomes, 5471—Beira, 4973—Portugal 3998—Luabo, 1385—Chinde, 1382—Manica, 1116—Bolama 985—Ibo, 884—Ambriz, 858.

Vapores de carga Cubango, 8300 toneladas—S. Tomé, 6350—Cabo Verde, 6200—Dundo, 6000—Congo 5080.

REBOCADORES NO TEJO—TEJ6, CABINDA e CONGG

Todos os vapores desta Companhia tem frigorificos, luz electrica, excelentes acomodações e todos os modernos requisitos de navegação, proporcionando aos srs. passageiros viagens rápidas e comodas

## Escritórios da Companhia:

Rua do Comercio, 85—LISBOA R. da Nova Alfandega, 34—PORTO

Agentes: ANVERS, Aiffe & C<sup>o</sup>, Qual van Dyck, 10—HAMBURGO, E. Th. Lind, Alsterdam 39 Europahaus. ROTTERDAM, H. van Krieken, P O B 662

Telefones: Administração, C. 1527—Chefe do Expediente, C. 1000—Informações, C. 608—Tesouraria e Passagens, C. 2665—Comissariado e Serviços Medicos, C. 3202—Engenheiros (Cais da Funição), C. 3052—Cais da Fundição, C. 2087—Depósito e Armazem, C. 4012.

# COMPANHIA DE DIAMANTES DE ANGOLA

(DIAMANG)

SOCIEDADE ANONIMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

Com o capital de Esc. 9.000.000\$00 (ouro)

Direito exclusivo de pesquisa e extracção de diamantes na Provincia de Angola, por concessão do respectivo Governo

Séde social: Rua dos Fanqueiros, 12-2.º—LISBOA

Telegramas: DIAMANG

Escritorio em Bruxelas, Londres e Nova York

Presidente do Conselho de Administração

Presidente dos Grupos Estrangeiros

Banco Nacional Ultramarino

Mr. Jean Jadot

Administrador-delegado: ERNESTO DE VILHENA

Representação e direcção técnica em Africa

Representante

Director técnico

Tenente-coronel Antonio Brandão de Melo

Mr. H. T. Dickinson

Caixa Postal 347

Teleg.: DIAMANG

LOANDA

DUNDO

LUNDA

# FOMENTO GERAL DE ANGOLA

(FOGERANG)

Sociedade Anonima de Responsabilidade Limitada

**CAPITAL: ESC. 5.400.000\$00**

Empreendimentos agricolas, pecuarios, comerciais, industriais e financeiros, em Angola, directamente ou por meio de empresas que dêes especialmente se ocupem

Sociedades filiais já organizadas:

**Companhia de Pescarias de Angola** — Capital 1.000.000\$00

**Companhia Agricolo-Pecuaría de Angola** — Capital 9.000.000\$00

**Sindicato para o estudo do Tabaco em Angola** — Capital 1.650.000\$00

Sociedades filiais em organização: Para exploração do algodão e exploração de oleaginosos

Séde: Rua dos Fanqueiros, 12 — LISBOA

End. teleg.: FOGERANG

Presidente do Conselho de Administração

**HENRY BURNAY & C.<sup>a</sup>**

Administrador-Delegado

**ERNESTO DE VILHENA**

Administrador-Delegado em Africa:

**Coronel EDUARDO MARQUES**

Loanda, C. P. 332

End. telegrafico: FOGERANG

Missões de estudo em varias regiões da Provincia

## Companhia do Amboim

Séde — Rua dos Correeiros, 70

**LISBOA**

Explorações agricolas  
em Angola

(Amboim, Hanha do Norte (Lobito)  
e Bailundo

Representação em Loanda,  
Porto Amboim e Benguela

COMPANHIA

DO

Caminho de Ferro do Amboim

Séde — Rua dos Correeiros, 70

**LISBOA**

Concessionaria

do

Caminho de Ferro  
do Amboim

e do porto de Porto Amboim

Distância de Porto Amboim a Gabela 128 kilom.  
Kilometras construidos 80

Representação em Loanda e Porto Amboim

# Banco Nacional Ultramarino

Sociedade Anonima de Responsabilidade Limitada

BANCO EMISSOR DAS COLÓNIAS

Séde LISBOA — Rua do Comercio

Agência — LISBOA — Caix do Sodré

Capital social: Esc. 48.000:00\$000

Capital realizado: Esc. 24.000:000\$00

Reservas: Esc. 34.000:000\$00

FILIAIS NO CONTINENTE — Aveiro, Barcelos, Beja, Braga, Bragança, Castelo Branco, Chaves, Coimbra Covilhã, Elvas, Evora, Extremoz, Faro, Figueira da Foz, Guarda, Guimarães, Lamego, Leiria Olhão, Ovar, Penafiel, Portalegre, Portimão, Porto, Regua, Santarem, Setubal, Silves, Torres Vedras, Viana do Castelo, Vila Real de Traz-os-Montes, Vizeu

FILIAIS NAS ILHAS — Funchal (Madeira), Angra do Heroismo e Ponta Delgada (Açores)

FILIAIS NAS COLONIAS — AFRICA OCIDENTAL — S. Vicente de Cabo Verde, S. Tiagode Cabo Verde, Bissau, Bolama, Kinshass (Congo Belga), S. Tomé, Príncipe, Cabinda, Loanda, Malange, Novo Redondo, Lobito, Benguela, Vila Silva Porto, Mossamedes, Lubango

AFRICA ORIENTAL — Beira, L. Marques, Inhambane, Chinde, Tete, Quelimane Moçambique e Ibo

INDIA — Nova Góa, Mormugão e Bombaim (India inglesa) CHINA — Macau TIMOR — Dilly

FILIAIS NO BRASIL — Rio de Janeiro, S. Paulo, Pernambuco, Pará e Manaus

FILIAIS NA EUROPA — Londres, 9 Bishopsgate E. — Paris, 8, rue du Helder

AGENCIA NOS ESTADOS UNIDOS — New-York, 93, Liberty Street

Operações bancarias de toda a especie no continente, ilhas adjacentes,  
Colónias, Brasil e restantes países estrangeiros

## Santos Machado & C.<sup>a</sup>, L.<sup>da</sup>

Comissões e Consignações

Importadores e Exportadores para Africa e Brazil. Representantes dos principais centros  
fabris, nacionais e estrangeiros

Rua do Bomjardim, 345 — PORTO — (PORTUGAL)

Endereço telegrafico: SAMALI — Telefone, 2482

Agências em: CABO VERDE -- Praia, S. Vicente e Ilha do Fogo. -- GUINÉ -- Bissau e  
Bolama. -- S. THOMÉ E PRÍNCIPE -- S. Thomé. -- ANGOLA -- Loanda, Ambriz, Malange, Benguela, Mos-  
samedes e Sá da Bandeira (Lubango). -- AFRICA ORIENTAL -- LOURENÇO MARQUES -- Manjacaze.

aceitam agentes onde não os tiverem.

EMQUANTO  
O  
DIABO

ESFREGA  
UM  
OLHO...



Um  
**FOGÃO DA VACUUM**

ferve um litro de água.

Este fogão pode preparar uma refeição em duas horas, consumindo apenas  
meio litro de petróleo.

Use exclusivamente

**PETRÓLEO SUNFLOWER**

pois obterá maior rendimento.



**VACUUM OIL COMPANY**

RUA DA HORTA SECA, 15-17.

TELEFONE: 980 TRINDADE (5 LINHAS)